

série
Mulheres
4
Fluminenses

Mulheres da Baixada Fluminense

Histórias de luta e conquista da cidadania feminina

Mulheres na Colônia e no Império

Armanda Álvaro Alberto

Lydia da Cunha

Josefa Pureza

Mulheres nos movimentos sociais:

Lourdes Batista

Terezinha Lopes

Azuleika S. Rodrigues

Maria José de Souza



CEDIM



Conselho Estadual dos Direitos da Mulher / Espaço Cultural CEDIM

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher agradece a importante colaboração de Martha Rocha, presidente do CEDIM/RJ de janeiro de 2003 a março de 2004, sem a qual não seria possível a realização desta publicação.

APRESENTAÇÃO

Martha Rocha

Do desbravamento e colonização no longínquo século XVI aos dias de hoje, a saga da Baixada Fluminense nem sempre registrou com a devida justiça a verdadeira participação das mulheres no processo evolutivo dessa região do Estado do Rio de Janeiro. Pródiga no enaltecimento dos feitos e conquistas de uma sociedade fortemente dominada pelos homens, a narrativa da história da Baixada é aqui revista com pequenas biografias de algumas das mulheres que se notabilizaram na região, em função da imposição de suas idéias, ações e avanços.

Atualmente com uma população de aproximadamente 3 milhões e quatrocentos mil habitantes, em uma área de 3 mil e duzentos quilômetros quadrados, a colonização da Baixada Fluminense foi iniciada pelos portugueses ainda no século XVI, com o aniquilamento dos Tupinambás, que ocupavam toda a região. As fazendas com engenhos começaram a surgir à volta dos rios Magé, Itabapoana, Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Guandu, Inhomirim, Suruí, Iriiri, Macacu e seus afluentes, por onde escoava a produção, como mostram os historiadores do IPAHB, Guilherme Peres de Carvalho e Gênesis Pereira Torres.

Com a lavoura, começaram a chegar os escravos africanos e com eles as negras, que amamentavam e cuidavam dos filhos de suas senhoras, e muito contribuíram para a riqueza da nossa cultura. Numa época em que o sistema patriarcal reduzia as mulheres a papéis secundários, algumas conseguiram se impor, muitas vezes liderando famílias, negócios e fazendas, como é demonstrado no texto da jovem historiadora Raquel de Castro Högemann, que trata da mulher na Colônia e no Império.

Hoje, a beleza da Baixada se oculta sob uma das maiores concentrações de pobreza do Estado do Rio de Janeiro, baixíssimos índices de qualidade de vida e todos os problemas típicos de um processo de crescimento urbano desordenado: desemprego, falta de infra-estrutura, meio ambiente degradado, enchentes e desabamentos, precárias condições sanitárias e de abastecimento de água, violência urbana, tráfico de drogas e serviços de saúde e educação deficientes.

No entanto, neste ambiente aviltado pela mão do homem, muitas mulheres conseguiram defender seus ideais de construção de uma sociedade igualitária, como a grande educadora Armanda Álvaro Alberto. Armanda dedicou sua vida à Escola Regional de Meriti, hoje Escola Dr. Álvaro Alberto, em Duque de Caxias, uma das mais expressivas experiências de Escola Nova no país.

Armanda, Cecília Meireles e Noemy da Silveira foram as três mulheres signatárias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, importante documento de defesa da escola pública, gratuita, universal e laica, conforme a excelente pesquisa da historiadora Ana Chrystina Venancio Mignot.

Outra mulher exemplar é a diligente e aglutinadora Lydia da Cunha que, tendo fundado na década de 50 a União Feminina Duque de Caxias, inseriu-se através da FMB no movimento de mulheres em nível nacional e internacional. Mais tarde, Lydia foi um importante elo entre os movimentos da década de 50 e de 70, tornando-se membro do Colegiado da Mulher Brasileira, como nos relata a pesquisadora Elza Dely Veloso Macedo.

Na narrativa da luta dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, surge a atuação de Josefa Paulino da Silva, ou Josefa Pureza, um grande símbolo da coragem e da resistência da camponesa brasileira, apresentada pela historiadora Marlúcia Santos Souza.

Os movimentos sociais estão também representados por mulheres valorosas como Terezinha Lopes, Maria José de Souza, Lourdes Batista e Azuleicka Sampaio Rodrigues, incansáveis militantes na Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu - o conhecido MAB - lutando pela dignidade da população, como demonstra a também militante Marília Figueiredo Jorge.

Estas são apenas algumas das mulheres da região. Como elas, muitas outras que permanecem na invisibilidade contribuíram e vêm contribuindo para o desabrochar de uma sociedade mais justa e igualitária. Rompendo barreiras, lutando contra secular opressão, elas são exemplos que o CEDIM se empenha em divulgar através da série Mulheres Fluminenses. A publicação deste quarto volume, Mulheres Fluminenses da Baixada Fluminense, nos permitiu não só desvelar um rico universo feminino, mas também a beleza, os encantos e os segredos que se escondem naquela região.

Estas descobertas devemos a pessoas como Alexandre Cardoso, André Oliveira, Anna Leonor Noni, Marlúcia Santos Souza, Marcos Cavalcanti e Tânia Amaro; à Petrobrás, que confiou e acreditou em nosso projeto, e à Associação de Amigos do Espaço Cultural CEDIM que, representada por seu presidente Orlando Miranda, apóia incondicionalmente todas as propostas que contribuam para o florescimento da cultura fluminense.

A todos, nossa profunda gratidão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PEQUENA HISTÓRIA DA BAIXADA

Gênesis Pereira Torres e Guilherme Peres de Carvalho..... 01

UM RETRATO DAS MULHERES NOS TEMPOS DA COLÔNIA E DO IMPÉRIO

Raquel de Castro Högemann..... 15

A TRAJETÓRIA DE UMA EDUCADORA PIONEIRA ARMANDA ÁLVARO ALBERTO (1892 - 1974)

Ana Chrystina Venancio Mignot..... 31

QUOTIDIANO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO DE MULHERES LYDIA DA CUNHA (1921 - 1987)

Elza Dely Veloso Macedo..... 47

UM SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA - JOSEFA PUREZA (1924 - 1999)

Marlúcia Santos de Souza..... 59

AS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

LOURDES BATISTA (1928 - 2002), AZULEIKA S. RODRIGUES (1933), MARIA JOSÉ SOUZA (1936) E TEREZINHA LOPES (1928)

Marília Figueiredo Jorge..... 69

Dados sobre a Baixada Fluminense..... 80

Breve currículo dos pesquisadores..... 82



Locomotiva da Estrada de Ferro Rio D'Ouro / acervo IPAHB

PEQUENA HISTÓRIA DA BAIXADA

Gênesis Pereira Torres e Guilherme Peres de Carvalho

A Baixada Fluminense é uma imensa planície que se estende no Estado do Rio de Janeiro, paralelamente à costa, entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, circundando parte da Baía da Guanabara, a cidade do Rio de Janeiro e a Baía de Sepetiba. Seus limites fixam-se entre Mangaratiba e Guapimirim. Formada hoje, por quatorze municípios - Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Seropédica, Paracambi, Itaguaí e Mangaratiba - a Baixada faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Registrando um dos maiores crescimentos demográficos do país, a região se tornou o alojamento de grandes massas populacionais, constituídas em sua maioria de trabalhadores subempregados, com baixíssimos índices de qualidade de vida. Apesar de seus rios degradados e poluídos nas áreas urbanas, a Baixada conserva em suas regiões um fantástico potencial de história e bio-diversidade. Cercadas pelo paredão da Serra do Mar, florestas exuberantes protegem imensos e riquíssimos mananciais de águas em seu solo, proporcionado a criação de inúmeros parques aquáticos, hotéis, pousadas e restaurantes que atraem turistas em busca de repouso e lazer.

A ocupação e desbravamento deste vasto território cercado de charcos e pântanos teve início a partir de 1565, paralelamente ao povoamento e expansão do Rio de Janeiro após a expulsão dos franceses e o aniquilamento dos índios Tupinambás. Fixados em sesmarias e sobejos doados a partir dessa época, e que se limitavam entre os rios e as montanhas, os pioneiros desbravadores se dividiam no trabalho do pastoreio e da semeadura, além do permanente confronto com tribos indígenas. No fim desse século, alguns engenhos de cana já funcionavam no território fluminense, com a primeira fábrica de açúcar da Vila da Rainha, às margens do Itabapoana. Em 1584, o jesuíta José de Anchieta registrava "muitas fazendas pela baía dentro", e mencionava, no ano seguinte, "uma terra rica, abastada de dados e farinhas e outros mantimentos, tem três engenhos". Iniciava-se assim a ocupação dos vales banhados pelos rios Meriti-Pavuna, Sarapuí, Iguaçu, Guandu, Inhomirim-Estrela, Suruí, Macacu e seus afluentes, transformando seus solos em pastos verdejantes, ondulados de canaviais que alimentavam engenhos no labor diário da fabricação de açúcar, regado com o suor e o sangue dos negros escravos. Aos poucos adentraram as florestas, esbarrando no paredão indevassável da Serra do Mar, ocupada por índios ferozes.

No século XVII o número de engenhos aumentou significativamente, e o açúcar passou a absorver quase toda a iniciativa dos fazendeiros da Baixada. Cerca de 120 engenhos foram levantados em torno da baía, e o açúcar da região, levado para o porto do Rio de Janeiro, passou a impulsionar o crescimento, tornando-se também o impulsionador do aumento do índice demográfico da Baixada com a crescente entrada de africanos escravizados para as lavouras. A paisagem natural foi sendo modificada, fazendo aparecer os primeiros clarões nas florestas. Perto da baía, uma população agrícola já começava a ocupar os enflorestados morros do recôncavo e os intermináveis pântanos e alagadiços marginais. Portos fluviais escoavam a produção de açúcar, aguardente, milho, mandioca, feijão, arroz e legumes. Um verdadeiro entreposto comercial funcionava na localidade da Pavuna e do Meriti, com toda uma infra-estrutura de armazéns, trapiches e hospedarias. A fundação das primeiras igrejas e capelas marcou também a ocupação daquelas áreas. Profundamente devotos, os colonizadores demonstravam sua fé católica construindo as igrejas e capelas em torno das quais se desenvolviam aldeias, freguesias e vilas.

O século XVII também marcou na Baixada a presença judaica exteriorizada na figura do cristão novo. Apesar da forte presença e da constante expansão da fé católica, a chegada dos cristãos novos foi importante no processo ocupacionista, mesmo restrita a limites territoriais próprios. Alberto Dines, no livro *"Vínculos de Fogo: Antonio José, o Judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil"*, fala de muitos engenhos pertencentes a cristãos novos estabelecidos nas terras entre os limites do rio Irajá, as montanhas do maciço de Jericó, Mendanha, Serra do Mar e as terras de Guapimirim, Magé e a oeste da baía da Guanabara. Nas comunidades de presença lusa as relações familiares eram patriarcais e rígidas, e as mulheres raramente tinham voz nas relações de ordem econômica, social ou política. Por outro lado, nas comunidades de cristãos novos era comum encontrar mulheres fazendo negócios, comprando e administrando terras, chefiando famílias e decidindo sobre negócios familiares. Era a família matriarcal. Nas questões matrimoniais, o dote e a consangüinidade eram a garantia de uma família estável e duradoura e da sobrevivência da comunidade judaica cristã nova. A mulher como genitora era decisiva para a união do grupo. Há contudo uma enorme carência de informações precisas quanto à localização desses engenhos. As grandes perseguições sofridas pelos judeus no século XVIII deixaram suas terras à mercê dos confiscos e das dívidas assumidas nos longos processos de inquisição, não restando vestígios de sua presença na região do entorno da baía. Apenas nas vastas documentações dos processos inquisitórios são encontradas algumas referências.

Na virada do século XVII para o XVIII a comunidade de cristãos novos do Rio de Janeiro e da Baixada foi abalada pela vilania de Catarina Soares de Brandoa,

também cristã nova. Nascida em Portugal, chegou ao Rio de Janeiro ainda criança, indo depois morar no centro do Rio, onde vivia com a mãe, modesta comerciante. Bela e sedutora, encantou-se pelo filho de abastado proprietário de terras nas áreas rurais do Rio de Janeiro. Para seu desgosto, o rapaz casou-se com a filha de outro rico dono de engenhos em Jacarepaguá e na Baixada. Era um casamento de cristãos novos, e às famílias da comunidade se misturaram inúmeros judeus convictos. Para não despertar suspeitas perante a Igreja e o Estado, as bodas se realizaram numa igreja católica. Ferida em seus brios, a desprezada Catarina, "a Perra" (cadela, em espanhol), de volta a Lisboa, disposta a vingar a humilhação, detonou uma série de desastrosas acusações e delações contra a comunidade. Alberto Dines relata:

"Brandoa inicia uma desgraça coletiva que só se interromperá com o terremoto de Lisboa. Descendentes dos denunciados penarão quase até o fim do século, e aos 83 iniciais ela acrescenta mais 86, num total de 169 denunciados no Tribunal de Inquisição." "Praticamente organiza oito Autos de Fé para arrastarem-se ao longo de quatorze anos, destroça sucessivas gerações em cinquenta famílias." "Ela, sua mágoa e sua língua exterminam a comunidade de cristãos novos da Baixada e do Rio de Janeiro."

Durante dois séculos a natureza hostil das serras fluminenses foi uma barreira quase intransponível para a ligação da Baixada com o Rio de Janeiro e o centro político-econômico ali instalado. Em 1704, o bandeirante Garcia Rodrigues descortinou, no sítio do Couto, a visão magnífica de toda a baía da Guanabara e seu recôncavo, levando até Pilar o "Caminho do Ouro", enquanto Bernardo Soares de Proença, sesmeiro em Suruí, anos depois também abria uma nova passagem com o "Caminho do Inhomirim", subindo a serra e passando por Córrego Seco, hoje Petrópolis. O mestre de campo Estevão Pinto, em 1728, descendo a serra do Tinguá, abriu o início do "Caminho da Terra Firme", fugindo dos brejos e da navegação fluvial, deixando na passagem um foco de próspera colonização graças a numerosas concessões de sesmarias.

Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, abriram-se as portas do Brasil para o mundo e ampliaram-se as vias de comunicação com o interior. Por esses caminhos, cientistas, viajantes, comerciantes, escritores, pintores e aventureiros se extasiavam com a beleza da flora e fauna da região. Com o fim do ciclo da mineração, intermináveis movimentos de tropas carregando tonéis de aguardente e cargas de açúcar, café e cereais, transitavam por aqueles caminhos em busca de portos fluviais, colocando em seus celeiros a produção do Vale do Paraíba, do Nordeste paulista e do Sul mineiro a ser transportada para o Rio de Janeiro, numa febril agitação de comerciantes, fazendeiros, tropeiros, escravos e alforriados.

O ciclo do café trouxe riquezas e grandeza social. Os grandes produtores eram condecorados com títulos de nobreza. Vários portos fluviais eram utilizados no transporte do café para o Rio de Janeiro, sendo o principal o de Iguassú, por onde descia a produção do Vale do Rio Paraíba do Sul. Com uma dezena de armazéns em sua volta, o porto de Iguassú atraiu para a localidade um grande contingente populacional, transformando o arraial, a partir de 1833, na mais próspera das vilas fluminenses, detentora de todos os órgãos e setores de serviços públicos da região. O café foi plantado também nas encostas da Serra do Mar, em Iguassú, no século XIX, e gerou tanta riqueza que a Real Junta de Comércio promoveu, em 1822, a abertura de um novo caminho, a "Estrada do Comércio".

Os relatos de vários viajantes que deixaram impressões sobre a fauna, a flora e o comportamento social dos habitantes da Baixada são fontes preciosas e imprescindíveis para o estudo de sua história. Escritos por cientistas, pintores, comerciantes ou simples viajantes curiosos, são documentos fundamentais para qualquer estudo da história da Baixada no Brasil Colônia ou Império. O surto da revolução industrial na Europa do século XVIII acentuou ainda mais o despertar da pesquisa científica no campo das ciências naturais, das artes e das sociedades. Devido à clausura em que Portugal transformou o Brasil no "século do ouro", existem poucos relatos desses viajantes, em razão da dificuldade de acesso à Baixada Fluminense. Mesmo assim, a forma de ir e vir dos tropeiros em seus caminhos primitivos, seus passos de pouso em pouso, identificando povoados à beira da estrada, ranchos miseráveis cercados de pequenas roças de sobrevivência, engenhos em meio aos canaviais, palhoças transformadas em vendas de aguardente, fumo, rapadura e farinha, nada escapava aos olhos atentos dos viajantes. Segundo Gilberto Freire, *"...um Brasil arcaicamente pastoril e rusticamente feudal. ... Um Brasil de comida plebeiramente cozida com muita banha, cebola e alho. Das viagens ásperas por terras paludosas, da cachaça em vez do vinho do Porto. O Brasil dos matutos pobres, analfabetos e miseráveis."*

Pelo leito dos caminhos danificados pelas chuvas, passavam as tropas na faina incessante dos transportes em direção à Serra do Mar, e segundo Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que percorreu várias províncias brasileiras entre 1816 e 1822, "durante a travessia, só o cantar dos pássaros e o ruído de córregos quebram o silêncio desta região úmida e deserta onde ninguém permanece". Observador minucioso, Saint-Hilaire registrou em seu diário preciosas informações sobre sua viagem do Rio de Janeiro em busca da Serra do Tinguá, através da Baixada:

"Depois de sair da cidade passamos em frente a São Cristóvão. O caminho é belo, bastante uniforme, embora aberto em terreno arenoso. A direita

passa-se a pouca distancia da baia de que as vezes se tem perspectivas; à esquerda divisa-se um vale, acidentado por colinas e cheio de chácaras, terrenos lavrados e pastos. Ao longe alçam-se os cumes da serra da Tijuca, cujas encostas estão cobertas de mata virgem... Até aqui não deixei de encontrar pedestres e cavalheiros. Negros a puxarem as mulas, descarregadas que pela manhã, haviam conduzido transportando provisões: pontas de gado, vara de porcos tangidos por mineiros avançavam lentamente para a cidade, levantando turbilhões de poeira. A cada momento passávamos à frente de alguma venda apinhada de escravos com homens livres. Milicianos fardados de zoarte, calça branca e capacete à cabeça, iam render os camaradas no posto que lhes fora designado, enquanto outros voltavam por motivo de saúde."

Do alto da serra vislumbrou a baia de Guanabara, e o verde luxuriante foi novamente motivo de deslumbramento, descobrindo casinhas salpicadas pelo caminho de trabalhadores responsáveis por sua manutenção:

"No horizonte longínquo avista-se o fundo da baia rodeada de montanhas vaporosas... com as ilhas a surgirem de seu seios, e o Pão de Açúcar ereto, como sentinela, à sua entrada majestosa.... As casinholas construídas de distância em distância para os homens que trabalham na estrada, dão variedade a paisagem e lembram certas vistas das montanhas da Suíça."

SURGEM AS VILAS



Igreja Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu / acervo IPHAB

MAGÉ

O primeiro arraial elevado à categoria de vila foi Magé, em 1789. Possuía 170 casas e 16 sobrados situados desde a igreja matriz até o porto. Instalado o pelourinho, foi designada uma casa para o uso da Câmara e da cadeia, e demarcados os limites de sua jurisdição que compreendia as freguesias de Guia de Pacopaíba, Anhum-mirim, Magepe, Aguapeí-mirim e Suruí. Magé se desenvolveu lentamente, "com a fragmentação das primeiras sesmarias, nem todas provavelmente ocupadas pelos que as recebiam, e novamente doadas", segundo documentos posteriores. Naquela região, a princípio os Jesuítas e mais tarde os Carmelitas e padres seculares se dedicaram à catequese dos índios e à assistência aos colonos brancos e escravos africanos. De acordo com os documentos, "houve escravos índios e africanos utilizados nas lavouras, engenhos e serviços domésticos. A economia que motivou a ocupação foi inicialmente a extração do pau-brasil e plantação de cana com produção de açúcar e aguardente. Depois a cultura do arroz, milho, feijão, legumes, frutas e mandioca para fazer farinha. Tiragem de lenha das matas e mangues, fabrico de carvão, para abastecer a cidade. Os meios de transportes – o lombo de burro, carros de boi, canoas, barcos a vela. As faluas, que se viam ainda até a primeira metade do século passado, abasteciam os consumidores de Paquetá e Governador, e mesmo o Rio de Janeiro." Aberto no território de Magé, em 1726, o "Caminho do Ouro" tornou-se a primeira ligação entre o Rio de Janeiro e as Gerais. Todo o ouro extraído de Vila Rica (hoje Ouro Preto) passava obrigatoriamente por ali, em viagens de quinze ou mais dias. Graças a esta posição estratégica, Magé progrediu velozmente, transformando-se numa das principais vilas fluminenses, até ser assolada pela sucessão de epidemias que arrasou a Baixada.

IGUASSÚ

Anteriormente conhecida como Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho, nascida à margem do rio Iguassú, a pequena aldeia era passagem de tropas que seguiam ao porto do Pilar, início do Caminho Novo das Minas, ou do Ouro. A fertilidade do solo e a facilidade de deslocamento atraíram inúmeros colonizadores que se estabeleceram em suas cercanias, entre os anos de 1577 e 1602. Em 1759, monsenhor Pizarro registrava alguns dados sobre a freguesia: "em torno da matriz existem levantadas algumas casas de vivenda quase todas cobertas de telhas, que formam vistoso arraial." "Era formado por 700 fogos (casas) e 6.142 almas adultas." "Duas fábricas de açúcar, quatro de aguardente e algumas olarias." Elevada à categoria de vila em 1833, seu território era constituído por mais quatro freguesias: Meriti, Pilar, Marapicu e Jacutinga. Nessa época, segundo Waldick Pereira, "a importância da Vila de Iguassú residia em seus portos. Até mesmo a Estrada do Comércio, de tanta importância econômica e social, vivia em função direta do rio Iguassú. Waldick assim descreve um aspecto da vila:

"Descendo pela Estrada do Comércio, havia dois caminhos para o porto; depois de passar pelo riacho do lavapés (assim chamado por ter um chafariz onde os viajantes refrescavam-se e lavavam os pés), podia seguir pela rua do Comércio ou contornar pelo Caminho dos Velbacos (tinha este nome por razões óbvias, pois quem devia aos comerciantes fazia um percurso em curva, até o porto). Próximo a este, os edifícios da cadeia, forum, câmara e casas comerciais."

O ciclo de progresso das "vilas de comércio" da Baixada, como Iguassú, Estrela, Jacutinga e Inhomirim, sofreu um forte abalo em razão do desvio do sistema de transportes e de vias de circulação. A construção da estrada de ferro iria aos poucos deslocar todo o movimento. Em 1854, quando o Barão de Mauá inaugurou a primeira via férrea do Brasil, das margens da baía da Guanabara à raiz da serra de Petrópolis, Iguassú já amargava a competição com o porto de Estrela, bem mais perto da zona central do Vale do Paraíba, e com navegação a vapor com capacidade para transportar mais de 30 mil toneladas anuais de café. Além disso, sofreu a diminuição do volume de água de seu rio, consequência do desmatamento da serra do Tinguá. O assoreamento dos rios, provocando extensas inundações em épocas de chuvas, fez surgir a malária e com ela a epidemia de cólera-morbus em 1855, assolando todas as freguesias da Baixada. A construção, em 1858, da estrada de ferro D. Pedro II, partindo do Rio de Janeiro até Queimados, alcançaria a freguesia de Nossa Senhora de Belém e Menino Deus, hoje Japeri, em busca do Vale do Paraíba. Como acontecera às margens dos rios, vilas e povoados nasciam à margem da ferrovia. Assim surgiu Maxambomba (hoje Iguacu), que atingiria tamanho desenvolvimento com a freqüente circulação de cargas e passageiros que Iguassú teve sua sede transferida para lá em 1891, ano em que foi agraciada com os foros de cidade. Naquela época nomeado juiz de direito da Vila de Iguassú, o futuro ministro Rodrigo Otávio retratou o lugar:

"A poucas horas da Ponta do Cajú, pela estradinha do rio D'Ouro, a vila de Iguassú era então um povoado morto. Constituída principalmente por uma rua larga, sinuosa e longa, a vila tivera sua hora de prosperidade, atestada pelas grandes casas de sobrado e vastos armazéns alpendrados, tudo então, fechado, sem moradores. Ligada com o interior da Baía de Guanabara por canais através da alagadiça Baixada Fluminense, Iguassú fora, por muito tempo, o entreposto comercial entre o litoral e o sertão. Por aí chegava toda a produção do interior para o consumo na cidade e exportação febril de cargas que chegavam e de cargas que partiam, em tropas, na variada música dos cincerros, em carros de bois, na esfuziada langorosa dos eixos engraxados."

"A estrada de ferro, porém drenando todo este movimento comercial, reduziu Iguassú à penúria e a levou à miséria e à morte. A vila se

despovoou; os canais desde então abandonados, se atulharam de vegetação e de lodo; as águas cresceram, cobriram todos os campos, tornando-os impréstáveis para qualquer cultura.... Era esse o Iguassú que encontrei ao tomar conta de minha judicatura. Só às quinta-feiras, dia de audiência havia algum movimento na vila. A casa da Câmara reabria: além do pessoal de fora, solicitantes e partes iam ao despacho do juiz. E tudo depois caía no habitual silêncio."

ESTRELA



Porto Estrella/Rio Estrella (atual Inhomirim, Distrito de Magé) / acervo IPHAB

Uma capela erguida em 1650 à margem do rio Inhomirim foi o marco para a formação de um porto e um arraial denominado Estrela. Ponto inicial do caminho do Inhomirim em direção às minas, a nova rota de progresso e crescimento para a região desviava o transporte do ouro das Gerais em direção à Corte, além de outras mercadorias que seguiam para o interior em viagens mais rápidas e seguras. Ponto final dos tropeiros que desciam a serra, Estrela teve outro grande impulso de progresso com a construção da estrada que iria ligá-la a Petrópolis e Juiz de Fora em 1849, competindo em riqueza e crescimento com Iguassú até o fim do ciclo do ouro. Elevada à categoria de vila em 1846, Estrela era composta pelas freguesias de Nossa Senhora do Pilar, Inhomirim, contando com um médico, um engenheiro civil, três alfaiates, quatro carpinteiros, dois padeiros e um ferreiro. Em 1880 tinha quatro colégios, dois professores de música e oito olarias. Grandes produtores e proprietários rurais tornavam-se cada vez mais ricos, e o regime escravocrata das lavouras lhes garantia opulência e grandeza social.

De passagem por lá, o artista alemão Johann Moritz Rugendas observou:

"Porto da Estrela seja a um tempo muito animada e muito industrial. Os estrangeiros e principalmente os pintores devem visita-lo, mesmo se não estiver no seu caminho. É um lugar de reunião para homens de todas as províncias do interior. Aí se encontra gente de todas as condições sociais e pode-se observar suas vestimentas originais e sua atividade barulhenta. Aí se organizam as caravanas que partem para o interior; e somente aí o europeu depara com os verdadeiros costumes do Brasil."

Entretanto, com as terras cansadas pelos métodos primitivos de cultivo e com as matas devastadas, os canais se entupiam, e as águas estagnadas provocaram a febre palustre que levou portos, fazendas, freguesias e vilas ao total abandono. Em 1885 a região foi atacada por uma epidemia de *colera-morbus*, seguindo-se a febre amarela e demais doenças causadas pelos mosquitos. Grande parte da população foi dizimada ou fugiu dali, e a decadência se alastrou em seguida com a Lei Áurea e a conseqüente falta do trabalho escravo para a lavoura e limpeza dos rios.

A grandiosidade de Iguassú, Magé e Estrela durante o período colonial até a primeira metade do século XIX ficou registrada na história fluminense como uma época de grande opulência e suntuosidade. Sua gente, suas igrejas barrocas, fazendas, engenhos, rios e portos ficaram perpetuados nos desenhos de artistas de porte de Johann Moritz Rugendas, Victor Barrat, John Burchell e Thomas Ender.

O SÉCULO DAS TRANSFORMAÇÕES



Estação da Guia de Pacopaíba (século XIX) / Atual bairro de Olaria, Praia de Mauá / acervo IPHAB
1ª Estrada de Ferro do Brasil - 30 de Abril de 1854 Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá)

Na primeira metade do século XIX o mundo conhecia a segunda fase da revolução industrial, a dos transportes: o barco a vapor e a locomotiva sobre trilhos eram a grande novidade. No Brasil, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, lançava a primeira ferrovia ligando o Porto Mauá a Fragoso e Inhomirim no pé da Serra da Estrela, num percurso de 15,5 km. Esta inauguração lançou as bases de uma grande transformação que se operaria ao longo da segunda metade do século, mudando completamente a configuração da geografia urbana da Baixada. Para a construção da ferrovia foram aterrados pântanos e brejos e desmatadas várias florestas com graves agressões à natureza. Outras grandes transformações ocorreram no processo de ocupação humana. Inúmeras ferrovias de maior ou menor importância foram construídas passando a ser a melhor opção para passageiros e cargas de mercadorias, numa época em que a Baixada não possuía estradas, apenas alguns caminhos carroçáveis. O transporte comum era feito no lombo dos animais ou através dos rios.

Cansadas dos naturais isolamentos e das doenças ribeirinhas, as populações começaram a se mudar para as margens das ferrovias, especialmente as paradas de trens, onde surgiam pequenas atividades de comércio. Do rápido crescimento dessas paradas surgiram os futuros distritos de Nova Iguaçu, como Nilópolis, Queimados, Japeri, Meriti, Belfort Roxo, Pilar, Xerém e Estrela. Entretanto, o assoreamento dos rios causado pelo desmatamento, as febres palustres e o fim da escravidão apressaram a decadência econômica da Baixada.

Traumatizadas, populações inteiras começaram a fugir em busca de sobrevivência no Rio de Janeiro e outras áreas não afetadas pelo fantasma das epidemias. Escrevendo sobre a tragédia de Caxias, a historiadora Dalva Lazoni narrou o sofrimento de todos aqueles distritos:

"Para se ter uma idéia do estrago provocado pela doença, basta verificar que, por volta de 1795, nossa população chegou a ser estimada em número superior a 17.022 habitantes. Nos anos seguintes, de comprovada prosperidade, crescemos muito mais. Pois bem já no fim do século XIX, estávamos reduzidos a menos de 400 moradores."

Somente nos primeiros anos da República foram tomadas as primeiras medidas para solucionar o problema do saneamento. Entretanto, devido à descontinuidade dos programas e à precariedade de recursos materiais, os efeitos esperados não aconteceram. A partir do governo de Nilo Peçanha, esboçou-se uma reação mais consistente, reforçada depois no governo de Delfim Moreira, quando foi criado o Serviço de Profilaxia Rural. Apesar de todos estes esforços, a região continuava sendo um grave foco de malária. Finalmente, no governo de Getúlio Vargas foram tomadas medidas efetivas para a solução do problema. O programa

de abertura de canais, dragagem e retificação dos grandes rios fez com que os pântanos desaparecessem. Instalado em 1938, o Serviço Nacional da Malária faria retroceder a perigosa endemia, abrindo caminho para o total saneamento da Baixada.

A expansão urbana no século XX deu-se com a ampliação das ferrovias. A venda de velhas fazendas retalhadas em sítios para o plantio de laranjas ou lotes a preços baixos para moradia causaram o crescimento de diversos distritos de Nova Iguaçu. Nas primeiras décadas do século os laranjais ocuparam morros e colinas, fazendo a riqueza dos plantadores, até que as oscilações do mercado mundial, as técnicas impróprias para o cultivo e a valorização de terras para fins urbanos após o saneamento da região levaram a citricultura da Baixada à decadência. Surgiram então as "cidades dormitórios" com suas populações se deslocando diariamente para o Rio de Janeiro, em busca de mercado de trabalho. O processo desenvolvimentista inaugurado com a revolução de 1930, a capitalização do campo, a seca do Nordeste, a saída em massa do campo e a crise no sistema de parceria levaram ao êxodo rural.

O inchaço populacional e a conseqüente exploração imobiliária nos grandes centros urbanos empurraram imensos contingentes populacionais para a Baixada. Em busca de identidade social, econômica e política, populações extremamente pobres, excluídas de suas regiões de origem, tentavam sobreviver numa região periférica da capital federal num tempo em que o país começava a reduzir a chamada agricultura de sobrevivência para firmar sua sociedade industrial. Enormes laranjais e fazendas hortigranjeiras transformaram-se em áreas de loteamentos, especulação, grilagens e ocupações irregulares. Freguesias foram elevadas à categoria de distritos, e estes a municípios. Em 1931, a Estação de Meriti, com seu povoado em volta, tornou-se o 8º Distrito e assumiu o nome de Caxias. Em seguida, São Matheus tornou-se 7º Distrito, com o nome de Nilópolis, ambas desmembradas de Meriti, que pertencia a Nova Iguaçu. Após o longo regime de exceção, na esteira do populismo, o 8º distrito ganhou o status de município com o nome de Duque de Caxias. Em 1947, São João do Meriti emancipou-se de Duque de Caxias e Nilópolis de Nova Iguaçu.

A BAIXADA PEDE SOCORRO

Com uma população total de cerca de 3,5 milhões de habitantes (26% do total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), as cidades da Baixada sofrem hoje as conseqüências de um crescimento urbano quase sempre pouco planejado e irresponsável. Com seríssimos problemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação de vias públicas, desnutrição infantil, desemprego, déficit habitacional, serviços de saúde e educação deficientes, a maioria das cidades da

Baixada convive com indústrias de grande potencial poluidor, lado a lado com bairros residenciais e rios que se ressentem cada vez mais.

Além disso, a degradação dos manguezais, o abandono dos sítios históricos e arqueológicos, a urgente criação de áreas de preservação ambiental, o reflorestamento das encostas e morros e investimentos culturais são mais que gigantescos desafios para a Baixada. Rios, matas, cachoeiras, sítios e prédios históricos formam um fabuloso patrimônio que pede socorro. Um potencial espetacular em bio-diversidade, ecologia e turismo ainda inexplorado clama por ajuda, à espera de um desbravamento inadiável e definitivo.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil* - Editora Melhoramentos: São Paulo, 1976.
- FILHO, Enéas Martins. "Os três caminhos para as Minas Gerais" - Revista do Inst. Hist. Brasileiro Dep. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1963.
- GERSON, Brasil. "O ouro, o café e o rio" - Livraria Brasileira, 1970.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. "Os franceses no Rio de Janeiro" - 1ª edição, Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1965.
- GOULART, José Alípio. "Tropas e tropeiros na formação do Brasil" - Conquista: Rio de Janeiro, 1961.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. "O homem e o brejo" - Bibl. Geográfica Brasileira: Rio de Janeiro, 1945.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. "O Homem e a Guanabara" - I.B.G.E. : Rio de Janeiro, 1964.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. "Memórias históricas do Rio de Janeiro" - I.N.L., Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1945.
- PEREIRA, Waldick. "A mudança da Vila" - Ed. Autor: 1970.
- PEIXOTO, Rui Afranio. "Imagens Iguassuanas" Vol. I e II - Ed. Autor: Rio de Janeiro, 1968.
- POMBO, Rocha. "História do Brasil" - 5ª edição, Editora Melhoramentos: São Paulo, 1948.
- TORRES, Rogério. "A estrela que apagou-se e o seu porto inexistente" - Revista "Recado de Cultura" nº 14: Rio de Janeiro, 1986.
- VASCONCELLOS, Clodomiro. "História do Estado do Rio de Janeiro" - Comp. Melhoramentos: 1928.
- FORTE, José Matoso Maia. "Memória da fundação de Iguassú" - Tipografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.
- CAMPOS, Jerônimo Pereira de Lima. "História do cólera no Império" - anexo ao Relatório do Império, Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1856.
16. BARREIROS, Eduardo Canabrava. "D. Pedro Jornada a Minas Gerais em 1822": Rio de Janeiro, 1973.
- REVISTA MEMÓRIA, Vários autores - Comissão de Resgate da História - Edição Trimestral, Editora Gráfica UNIG - Nova Iguaçu: 1998.
- CARVALHO, Afonso de. "Caxias", Bibl. do Exército, RJ, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A Época Colonial, do Descobrimento à expansão territorial", Vol I, Dif. Europeia do Livro, SP, 1968.
- GUIMARÃES, A.D. D'Araújo. "A Corte no Brasil", Livraria Globo, P.A., 1938.
- GOULART, José Alípio. "O Mascate no Brasil", Edit. Conquista, RJ, 1967.
- MEDEIROS, Arlindo de. "Memória Histórica de São João de Meriti", Edit. do Autor, RJ, 1958.
- MORAES, Dalva Lazaroni de. "Quilombos e Tiradentes na Baixada Fluminense" - CODPOE, RJ, 1991.

- MORAES, Dalva Lazaroni de. "Esboço Histórico de Duque de Caxias", Edit. ASGRÁFICA, RJ, 1978.
- PEREIRA, Waldik. "Cana, Café & Laranja", Fundação Getúlio Vargas/ SEEC, RJ, 1977.
- PEREIRA, Waldik. "Nova Iguaçu para o Curso Normal", Publ. do Autor, RJ, 1969.
- SANTOS, Noronha. "Notas Datilografadas", Arq. do SPHAN, SP, 1939.
- SOUZA, Sivaldo do Nascimento. "(N.O.P.H.) Município em destaques" nº 34, RJ, 1988.
- SCHAETTE, O.F.M., Estanislao. "Inhomirim, 250 anos de paróquia", RJ, 1946.
- SILVA, J. Romão. "Denominações Indígenas na Topomínia Carioca", Edit. Brasileira.
- LEME, Alberto Betim Paes. "História Física da Terra", Rio, 1943.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. "O Homem e a Serra", IBGE-CNG, RJ, 1963.
- LERY, Jean de. "Viagem à Terra do Brasil", Edit. Martins.
- Viagens do Botânico - Auguste de Saint-Hilaire.
- CARDOSO, Armando. "Joséph de Anchieta - De Gestis Mendi de Saa" Publicação do Arquivo Nacional, RJ, 1958.
- NIGRA, Dom Clemente Maria da Silva, O.S.G. "A Antiga Fazenda de São Bento em Iguaçu", Revista do SPHAN, nº 7, 1943.
- COARACY, Vivaldo. "O Rio de Janeiro no Séc. XVII", Editora José Olímpio, Rio, 1965.
- Revistas do Instituto Histórico Brasileiro, números diversos.
- QUINTILIANO, Aylton. "A Guerra dos Tamoios" Edit. Reper, 1965.
- STANDEN, Hans. "Duas viagens ao Brasil", Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1974.
- ABREU, J. Capistrano de. "Os descobridores. Capítulos de história Colonial (1500/1800) e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil". Brasília, Ed. UnB, 1963.
- TÔRRES, Gênesis Pereira. "Esboço para uma História de SJ Meriti" Apostila, SEMCEL, RJ, 1997.
- PERES, Guilherme. "Trapeiros e Viajantes na Baixada Fluminense" - Ensaio. Ed. Gráfica Shaovan - Mesquita. 2000.



Johann Moritz Rugendas. *Viagem Pitoresca pelo Brasil*.

UM RETRATO DAS MULHERES NOS TEMPOS DA COLÔNIA E DO IMPÉRIO

Raquel de Castro Hogemann

Uma parte importante do imenso território que é a atual região da Baixada Fluminense também foi desbravada e ricamente povoada a partir de 1566. A bela região que circunda a Baía da Guanabara, os vales do Meriti, do Sapucaí, do Saracuruna, do Pilar, do Iguaçu, do Inhomirim e do Majé, teve colonização pouco menos que simultânea e crescimento e evolução quase paralelos ao Rio de Janeiro.

É preciso pensar a Baixada Fluminense não como a recente expansão do que é o Rio de Janeiro, e sim como uma imensidão de terras que nasceram, cresceram, desenvolveram e se reproduziram paralelamente ao Rio de Janeiro, o tão famoso centro econômico e político do Brasil Colônia e Império.

Uma minuciosa crônica de D. Manoel de Menezes, que acompanhou uma frota portuguesa que esteve no Rio de Janeiro em 1564, dá uma idéia da beleza e da abundância de terras e fazendas que já produziam nos arredores da Baía da Guanabara:

"Pelo terreno vai rodeando toda a baía e recôncavo do Rio de Janeiro aquela espantosa serra, que já por vezes temos dito corre a costa toda, e com a parte dela mais áspera, chamada as Montanhas dos Órgãos; porque em forma destes instrumentos vão levantando em ordem desigual montes sobre montes, fazendo altura imensa, que excede as nuvens, e parece chega à segunda região do ar; representam aqueles grandes montes muralhas ou torres formidáveis, postas entre nós e os Bárbaros, que habitam a outra parte; porque ali fulmina a natureza em tempos tormentosos tais raios, coriscos e estrondos de disformes trovões, que assombram a terra; e chegaram a suspeitar as nações agrestes que estavam armados de propósito para defesa dos portugueses. São contudo alegres em tempo de bonança aqueles picos inacessíveis, por sua forma, altura e formosura, revestidos de arvoredo mui verde, e arrebatando em ribeiras de água que, despenhadas dos altos cumes, vêm a pagar tributo ao mar, e alegram os olhos dos moradores. É o alagamar da Barra para dentro uma estendida e formosa baía, êmula da de Todos-os-Santos, formada nas enchentes do oceano, que, embocando pela barra a dentro, chegam quase a lavar os pés daqueles montes, a que chamamos

Órgãos. Tem este alagamar ou baía como cousa de oito léguas de diâmetro e vinte e quatro de circunferência; está entressachada de mangues e vermelho dos pássaros, a que chamam Goarases, rios, fazem a vista aprazível; as ilhas fazem número de quarenta, entre maiores e menores, com grossas fazendas e moradores. Desembocam nela vários e caudalosos rios, uns do Sertão, outros das serras circunvizinhas, que com o doce de suas águas fazem contínua guerra às do mar, querendo prevalecer cada qual delas.

É abundantíssima de pescado, em tanta quantidade que houve tempo em que era necessário navegar com cautela em embarcações rasas, para evitar o perigo dos peixes, que saltando de uma a outra parte caíam dentro; e sucedia ser talvez com prejuízo do rosto e olhos dos que navegam.

É facilímo o maneiio e serviço dos arredores; porque são muitas as embarcações, maiores e menores, que cortam estas águas de dia e de noite, fazendo alegre vista, e suave o comércio. Todo o circuito desta baía está hoje povoado de moradores de fazendas grossas, entre as quais avultam mais as dos engenhos de açúcar, que passam de cem, suposto que com menos máquinas que as da Baía”.

Concentrada na observação do cotidiano, cenário e relações de toda uma sociedade que, juntamente com os engenhos e grandes fazendas, vivenciou e conferiu importância à região da Baixada, aparentemente tão esquecida e desconhecida, a narrativa fatalmente esbarra na família patriarcal, ao fixar a sociedade no período colonial. A vida de homens e mulheres girava em torno desta “instituição” chamada patriarcalismo. Somente o homem mandava e liderava: a família, os negócios, as pessoas, o “mundo”. As mulheres eram criadas e educadas de forma a aceitar toda essa situação machista dos séculos XVII, XVIII e XIX. Era a chamada sociedade patriarcal, na qual o papel feminino estava relegado ao segundo plano e os homens decidiam o destino de todos.

No entanto, mais do que revelar um universo masculino, a história da Baixada retrata um mundo no qual as mulheres representaram muito mais do que seria possível imaginar, tornando-se figuras importantes, participando ativamente e muitas vezes liderando famílias, negócios e fazendas.

Através de relatos dos viajantes estrangeiros que aqui estiveram, revelou-se um pouco da vida e do dia-a-dia dessas mulheres da Baixada, desmistificando a idéia de que elas estiveram sempre subordinadas ao poderio dos homens e

eram incapazes de buscar ou mesmo lutar por algo que as realizasse plenamente. John Luccock, viajante e comerciante inglês, esteve no Brasil em meados de 1808. Na intenção de seguir para o Sul, passou pelo Rio de Janeiro e pela Baixada Fluminense, deixando em seus relatos uma observação simples e muito bem detalhada sobre o cotidiano das famílias. Descreveu, em especial, as mulheres daquele período, fossem elas escravas ou senhoras, revelando a riqueza e coragem daquelas que nos deixaram uma variedade de valores, que seguem influenciando até hoje.

Segundo Luccock, as mulheres viviam para as famílias, neste caso se referindo àquelas cujas famílias tinham posses e uma certa tradição social, algo muito respeitado neste período da história. Estamos nos referindo às “senhoras”. Observou e escreveu Luccock:

“O exercício físico que essas damas fazem se reduz ao caseiro; o esforço requerido é diminuto, e esse mesmo, contrariado por inclinação natural; vivendo cercada de escravos, possuem o privilégio de ser servidas. Isso eu vi levado a um extremo tal que seria ridículo se não fosse algo pior, e lamento ter que acrescentar que semelhantes espetáculos não são nada raros”.

De acordo com o viajante inglês, as chamadas “damas”, além de se voltarem completamente para a vida do lar, não precisavam e não se esforçavam nem um pouco para fazer algo dentro de suas casas, ficando todos os afazeres domésticos por conta das escravas. A ociosidade e indolência eram as marcas da maioria dessas mulheres donas de escravos, e a culpa do “excesso de gorduras”, que ao longo dos tempos ia tomando conta dos voluptuosos corpos das brasileiras, estava no sistema escravista que as permitia mandar e desmandar em suas escravas, como mostra este trecho deixado pelo viajante.

“Ah! minhas senhoras, pensei eu, não há maravilhar que se tornem corpulentas e se estraguem; são esses os efeitos naturais da ociosidade”.

Atento ao universo feminino, Luccock mencionou uma curiosa questão com relação às damas e senhoras da sociedade, tanto a colonial como a do Império. Assumindo ainda muito crianças, muitas vezes aos 12, 13 anos, as responsabilidades e encargos do casamento e da maternidade, logo perdiam a vivacidade e o bom-humor tão comum aos jovens. Como narra o viajante inglês:

“O bom-humor, que a princípio possuíam, dentro em pouco se evapora; freqüentemente se tronam no oposto do que eram, demonstrando essa mudança de maneira ostensiva. Essa mudança pode ser atribuída principalmente ao cerimonial infantil e adulação tola com que são tratadas todas as mulheres que se situam logo acima das escravas.

Parecem ser consideradas pelos homens feito bonecas, ou crianças mimadas, cujos caprichos tem que ser satisfeitos a até antecipados; e aquelas que os tem em maior número são as que maior consideração atraem... desaguando seu mau-humor sobre as escravas”.

Mas nem só de aparência e desmandos viviam as senhoras fluminenses. Elas também exerciam algumas atividades que lhes eram próprias e as faziam muito bem. Até porque precisavam mostrar para a sociedade masculina que tinham plena capacidade para realizar com perfeição suas tarefas. Assim, dedicavam-se à cozinha, como bem descreve o viajante Luccock:

“Quando esperavam por convidados, a intervenção da senhora parece ser mais imediata e ativa. Observei damas, a cujas mesas fora admitido, manifestando grande ansiedade no apresentar excelentes bolos... como parece estabelecido que cada dama deve possuir um bolo da sua propriedade, os hóspedes se sentem na obrigação de comê-lo com avidez e elogiá-lo com ardor”.

Outra atividade desenvolvida pelas formidáveis mulheres daquele período, neste caso tanto por senhoras como por suas escravas, é a de fazer renda.

“Muitas mulheres, tanto pretas como brancas, se ocupam em fazer renda. O método delas é algo estranho; sentam-se de pernas cruzadas sobre uma esteira estendida no soalho, com a almofada na frente, que consiste de uma espécie de travesseiro chato pregado num quadro de madeira, com duas pernas ou pés na parte de trás”.



Johann Moritz Rugendas. *Viagem Pitoresca pelo Brasil*.

À atenciosa narrativa de Luccock do mundo feminino da Baixada Fluminense somaram-se as imagens de outro importante viajante estrangeiro, o pintor, gravador e desenhista alemão Johann Moritz Rugendas. Entre 1821 e 1825, Rugendas retratou e registrou inúmeras mulheres negras da Baixada, bem tratadas e bem vestidas, trabalhando nos afazeres das rendas, e por ele denominadas “mulheres rendeiras”.

Os bordados também exerciam verdadeiro fascínio. Os viajantes europeus, que já os conheciam através das mulheres de seus países de origem, não acreditavam encontrar tão grandiosa habilidade e dedicação a esta atividade por parte das mulheres da Baixada Fluminense. Este fato se torna digno de registro principalmente quando observado por homens, que pouca atenção davam às mulheres, que dirá ao que faziam.

De fato, eram mulheres surpreendentes. Nos depoimentos de John Luccock sobre a composição social da população total do Rio de Janeiro do início do séc. XIX existe algo especialmente revelador. Cerca de 4.000 mulheres se apresentavam como chefes de famílias, algo em torno de 25% da população livre, o que pode ser considerado fantástico, dado o período em questão, 1810, auge do período colonial e da liderança masculina. Ou seja, a mulher desde sempre procurou participar e se fazer presente em importantes funções sociais.

A educação destas mulheres era familiar e voltava-se para a vida caseira, sem muitas preocupações com relação a uma melhor instrução, ou mesmo uma educação nos moldes europeus. Desta forma, ficava a cargo da família uma educação básica e voltada para o casamento, que costumava acontecer no início da adolescência.

Com exceção das escravas, que devido aos trabalhos mantinham contatos com homens e o restante da sociedade, as mulheres, em especial as mais moças, eram mantidas em permanente reclusão.

A vida feminina girava também em torno da religião. Traço este sempre presente, em todos os relatos já analisados até os dias de hoje. As mulheres tinham o direito de sair somente no dia de domingo, pela manhã, quando se dirigiam à Igreja. Geralmente, se juntavam a outras presentes e, separadas dos homens, sentavam-se ao chão para os sermões dominicais. Segue mais uma descrição de Luccock:

“Mais para diante e de cada lado da capela, até o fundo da nave, há um espaço estreito, separado por fortes grades e destinado ao uso dos homens durante a missa. O espaço do meio é reservado às mulheres, que

se sentam no chão, com os pés e as pernas dobradas por debaixo de si, aonde acharem lugar, sem distinção de categoria, idade ou cor".

Ou ainda, segundo o viajante, poderiam se dispor da seguinte forma:

"...ficava o altar na extremidade de comprida varanda e por ali se assentavam ao chão muitas mulheres em fileiras, com as pernas cruzadas. Os homens, reunidos de maneira menos compacta, ficavam de pé por detrás delas".

As escravas tinham o direito de freqüentar e de se misturar às damas nas missas, pois, ao menos nas Igrejas, não havia preconceito tão forte, como sempre existiu com relação aos negros.

O preconceito no Brasil não se dava por posição social e sim por diferença racial, ou de cor. Não existia diferença no grau de instrução. Existiam poucas formas de se adquirir a chamada "educação formal", devido à inexistência de escolas no Brasil, embora a vinda da Família Real portuguesa, em 1808, tenha movimentado um pouco, culturalmente, essa sociedade, ao trazer os teatros, mais escolas e uma importante biblioteca.

E sobre a idéia de que as mulheres pudessem estudar? De acordo com os relatos do curioso Luccock, a sociedade colonial estava se modificando e, assim, algumas escolas foram se estabelecendo na região e para todas as classes sociais. Mesmo que no geral às mulheres vivessem para o lar e a única instrução que recebessem fosse para aprender a ler os livros de rezas. Existiu este anúncio, que talvez tenha dado oportunidade a poucas, mas muito bem aproveitada. Na gazeta do Rio, de 9 de Julho de 1814, encontra-se o seguinte anúncio:

"Quem quiser mandar suas filhas, criadas e escravas aprender a ler, escrever, contar etc., pode dirigir-se a uma pessoa residente na Rua do Lavradio".

Schlichthorst, ilustre viajante alemão e ex-oficial do exército Imperial, que nos visitou entre 1824 e 1826, deixou este depoimento em seu livro "O Rio de Janeiro como é", resultante do passeio que fez pelo interior do Rio de Janeiro:

"Não se dá no Brasil grande valor aos preconceitos de posição social. Pelo menos a esse respeito as pessoas se externam de maneira muito diferente da européia. Em todas as classes o grau de instrução é quase o mesmo".

O viajante Schlichthorst também foi um grande observador e admirador das brasileiras. Procurou descrever de forma rica e detalhada os costumes dessas mulheres, suas vestimentas, beleza e a relação destas com o amor, a saber:

"Debruçam-se dos balcões com encantador descuido, lançam pela rua suas delicadas redes e pescam os corações enleados em seus olhares amorosos. Muitas vezes observei com admiração quantos namoros uma mulher consegue alimentar em tão reduzido espaço, como ora dá atenção a um, ora dá atenção a outro, às vezes a mais de um ao mesmo tempo, quando a fresca brisa do mar leva todos a um passeio; como hoje, com sinais e olhadelas, favorece este e amanhã, sem um jogo de fisionomia, na maior indiferença e frieza faz os seus cortejadores desesperarem; é celebra um triunfo tanto mais picante quando é testemunhado pela rua inteira. Em geral as relações amorosas em família são tão complicadas, que mais de uma paixão é estimulada".

E as negras nessa história? Onde ficam? Ora, Schlichthorst também soube admirar como ninguém não só as "brancas damas" que habitavam a Baixada, mas também as mulheres de cor escura, traços físicos fortes, expressivos e pele brilhante, como ele mesmo as descreveu. As negras, em sua maioria, eram escravas do lar de suas senhoras, porém também trabalhavam nos engenhos de cana-de-açúcar e nas colheitas de produtos, como a mandioca. Eram bastante exploradas por seus donos, principalmente por suas senhoras.

Ao contrário das senhoras, as escravas possuíam um melhor apreço pela limpeza e carinho por seus filhos. Muitas vezes amamentavam e criavam, além de seus próprios, os filhos das senhoras brancas. Usavam sempre vestidos brancos rendados, sendo as roupas coloridas destinadas aos brancos, e turbantes em torno das cabeças. Seus dentes, segundo Schlichthorst, "eram brancos feito pérolas".

"Há três vezes mais pretos do que brancos, aos gritos e pulos, tratando de sua vida. Bonitas negras de vestido de cambraia branca, com turbantes encarnados, vendem pastéis, balas e seus próprios encantos".

A escravidão era a base social e econômica em todo o Brasil. Durante o período colonial na Baixada Fluminense, os engenhos de cana-de-açúcar tomavam conta de toda a região e a mão-de-obra negra sempre foi utilizada nos canaviais e nas moendas, principalmente a feminina. Tal quadro se comprova através do depoimento de André João Antonil, viajante italiano e jesuíta que esteve na Baixada Fluminense no início do século XVIII e registrou como ninguém a relação entre os engenhos de açúcar e a mulher:

"O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda, porque, se por desgraça a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentadamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos, se não lhe cortarem logo a mão ou o braço apanhado, tendo para isso junto da moenda um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer para a moenda".

A independência do Brasil não trouxe mudanças com relação à situação dos homens e mulheres negros escravizados e explorados. Os engenhos de açúcar entraram em decadência, mas o sistema escravista continuou. Os engenhos deram lugar às grandes fazendas, que continuaram mantendo seus escravos como mercadorias, sendo trocados ou vendidos ao bel prazer de seus donos. Na busca da liberdade, que só seria conseguida com a compra de sua alforria, uma mulher negra seria capaz de tudo. E uma das formas de se conseguir a tão sonhada emancipação era casando-se com um branco. Sendo assim, muitas, ou quase a maioria das negras, preferiam os brancos aos negros, mais por conveniência do que por seus sentimentos.

Desta relação com homens brancos muitas vezes nasciam filhos, que poderiam ou não ser considerados livres, caso os direitos da criança em suas primeiras semanas fossem defendidos pelo pai branco. Essa situação quanto à liberdade negra é demonstrada pelo depoimento de Schlichthorst:

"Já nos tempos mais antigos se promulgam diversas leis a favor dos habitantes escravos do Brasil. Toda escrava fica emancipada, se se casar com um branco. Há pessoas que chegam a seduzir certas escravas que os donos não querem vender e a pedirem em casamento... Se o casamento se realizar, a escrava está livre e também o assunto termina de vez, pois no Brasil não há Consistório com poder de divorciar alguém da mulher com quem se casar.

Os filhos nascidos de brancos e negros podem ser emancipados, se nas seis primeiras semanas após o nascimento, o pai fizer valer seus direitos. Paga-se ao proprietário da mãe escrava dentro desse prazo o baixo preço de um dobrão, ou sejam, 12.600 réis."

Uma questão a ser levantada: o sistema escravista era realmente tão ruim para todos os negros e negras? No geral, sim. A escravidão foi e sempre será um sistema de exploração que impôs aos negros submissão aos brancos, que se consideravam superiores, simplesmente por serem brancos e "civilizados". Tamanha era a força exercida por séculos de escravidão, que por fim alguns negros desejavam ter donos, na ilusão de se sentirem úteis e protegidos. O depoimento de duas meninas, no livro de Luccock, comprova isto:

"Duas meninas, especialmente, além disso recusaram ir para a Inglaterra, observando: disseram-nos que a Inglaterra é muito fria e nós não gostaremos de lá; e o que faremos nós da liberdade aqui? Temos tudo aquilo que podemos desejar; o senhor nos fornece roupas e comida e, se adoecemos, o senhor nos dá remédios e nos cura; mas se ficarmos libertas, ninguém cuidará de nós".

As negras não trabalhavam somente dentro das casas, nos canaviais, moendas, colheitas ou fazendo suas rendas. Também desenvolviam a função de vendedoras, tanto para seus senhores, como para si próprias, quando livres. Perambulavam pelas ruas com grandes tabuleiros levados sobre as cabeças, cheios de guloseimas e o que tivessem mais para vender. As mulheres negras eram tidas, principalmente pelos estrangeiros, como ótimas vendedoras, muito educadas e apresentáveis. Além da observação maior dada à beleza negra, que se destacava dentro dos vestidos rodados e brancos.

A alegria que as negras apresentavam era uma característica marcante. Sempre cantavam seus cantos africanos e "aportuguesados". Era de admirar que, mesmo com tantos afazeres e obrigações, o bom-humor estivesse sempre estampado em seus rostos. E esta alegria negra de ser nos foi deixada através da mistura de raças da qual somos frutos.

As atividades femininas, como vemos, eram as mais variadas possíveis, mesmo com todos os senões de uma sociedade patriarcal indubitavelmente dominada pelo homem. Mas essas mulheres só rezavam e trabalhavam? Diversão, jamais?

Durante o período colonial, ir à Igreja era considerado lazer. Era o único momento em que podiam sair de casa, logicamente junto aos maridos e pais. Com a vinda da família real para o Brasil, e durante o Império, o teatro foi trazido e tornou-se uma nova opção de lazer permitido às mulheres.

Na verdade, eram poucas as damas da Baixada Fluminense que podiam acompanhar seus maridos ao teatro. Essas idas aconteciam vez em quando, visto que a distância entre a Baixada e o centro cultural era grande, e os meios de transporte e estradas eram precários na época.

Os teatros foram também os locais onde as mulheres buscaram mostrar seu valor, expressando seus dotes artísticos. Logo, com importantes cantoras ou dançarinas, a presença feminina tornou-se expressiva e significativa. Em seu livro, Schlichthorst destaca uma dançarina que muito lhe agradava, chamada Estela Cezefredo, que para muitos era espanhola. Porém, há poucos anos, descobriram documentos comprovando que era brasileira, nascida no Rio Grande do Sul, tendo vindo para o Rio de Janeiro aos 12 anos. Esta mulher soube encantar como ninguém o viajante alemão:

"As dansarinas que mais me agradaram foram Estela Cezefredo e sua irmã, duas "espanholas" encantadoras. A dansarina brasileira conhecida por Baratinba é uma das moças mais sedutoras que possam existir. Quando essa criatura angélica dança, como diz Camões, transforma o coração, não em pedra, mas em puro desejo".



Johann Moritz Rugendas. *Viagem Pitoresca pelo Brasil*.

"Debruçam-se dos balcões com encantador descuido, lançam pela rua suas delicadas redes e pescam os corações enleados em seus olhares amorosos".

Schlichthorst

As vestimentas das damas quando saíam de casa eram sempre coloridas e vivas. Pareciam disputar quem era a mais colorida e bonita da igreja ou do teatro. A preocupação com a beleza e com a aparência sempre fez parte do universo feminino da Baixada. Essa preocupação aumentava pelo fato de que elas pouco saíam e tinham poucas oportunidades de chamar a atenção do sexo oposto.

As relações amorosas travadas ao longo do período colonial e imperial do Brasil merecem um importante destaque. A idéia que temos de uma mulher somente sendo cortejada e sem retribuir os galanteios, por medo ou moralismo social, tem suas exceções interessantes. Ainda que não como regra, elas buscavam descobrir o amor e o sexo da melhor forma que achassem e pudessem. Schlichthorst revela:

"O que se representa no palco nem de longe se compara ao que se passa nos camarotes, onde as encantadoras cariocas, com donaire e graça indescritíveis, privilegiada herança das suas avós peninsulares, aceitam as homenagens e galanteios de seus adoradores.

As conversas eram vivas e livres, intercaladas pela música, a dança e a expressiva linguagem dos olhos. Referiam-se as aventuras amorosas com rara delicadeza. Os ciúmes não encontravam alimento, porque, sendo costume tratar senhoras casadas e moças solteiras com galante cortezia, as preferências, se as havia, eram tão disfarçadas que não chocavam a ninguém.

Reina grande liberdade entre os dois sexos. As meninas falam com natural ingenuidade de assuntos que na Europa fariam corar qualquer mulher, de modo que só as demasiado levianas se podem considerar exceções. Todavia, absolutamente as brasileiras em geral não são assim. São garridas e provocantes, lisonjeando-se a sua vaidade com muitos triunfos, tomam todos esses namoros passageiros como simples brincadeira e agradável passa-tempo para seus ócios".

As mulheres da Baixada Fluminense sempre souberam se utilizar dos seus encantos e subterfúgios para atingir seus objetivos com os homens e na vida, fossem elas senhoras ou escravas. As escravas dispunham, talvez paradoxalmente, de mais liberdade para utilizar sua feminilidade, por não estarem limitadas pelos costumes e tradições européias herdadas por suas senhoras. Estas talvez nutrissem uma secreta inveja da liberdade de expressar sua feminilidade sem restrições.

A DESCOBERTA DE UMA HISTÓRIA NA BAIXADA COLONIAL

Foram encontrados em documentos, na Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu e em Cartórios de Notas de Campos, vários testamentos feitos por mulheres que tinham posses e escravos. Muitas delas aproveitaram o momento da elaboração desses testamentos para confessar algo que só seria revelado após suas mortes. Segredos que as acompanharam a vida toda e que, com certeza, seriam recriminados pela sociedade extremamente machista da época. Segue um exemplo interessantíssimo sobre uma mulher chamada Agostinha Maria dos Anjos, de 1767, que havia escondido sua própria filha do conhecimento público antes de se casar com Manoel de Miranda.

"Declaro que tenbo em minba casa a Rosa mulber de Luiz enjeitado que criei a qual Rosa a declaro que é minba filba legítima nascida de meu ventre e por essa a conbecam todos e é minba legítima herdeira pois não tenbo mais herdeiros. Declaro que se haja alguma pessoa ou pessoas que queiram habilitar-se por herdeiros os meus testamenteiros a custa de minba fazenda a defenderão até o último real a qual minba legítima herdeira acompanhará a meu marido e seu padraço Manoel de Miranda até ele morrer sendo senhora do que lhe tocar em sua folha pois nem meu marido sabe que ela é minba filba. (test. 09)".

HISTÓRIAS DE UMA BAIXADA NO BRASIL IMPÉRIO

A mulher escrava do período colonial, conhecia muito bem o poder de seus encantos. A liberdade, era seu objetivo sua luta. Por essa emancipação ela seria capaz de tudo, absolutamente tudo...

Através de uma história que se passou na Baixada, mais precisamente nas proximidades do Rio Iguaçu, atual Vila de Cava, e foi presenciada e registrada pelo viajante francês Charles Expilly, em seu livro "Mulheres e costumes do Brasil", em 1838, temos uma idéia da coragem feminina.

Essa história, que se passa com uma família tipicamente patriarcal, composta por dois filhos, José e Casimiro, envolve a questão escravista, pois ambos se apaixonam por uma escrava, chamada Calixta, que diziam ser muito bonita. Em nome de uma promessa de alforria não cumprida por seu senhor à sua mãe Constança, Calixta jurou conseguir a liberdade a qualquer preço. Nem que tivesse que arruinar a família de seu dono, o Sr. Soares. E, de fato, a escrava consegue lançar a família Soares em desgraça, através da paixão avassaladora que desperta nos dois irmãos que a disputam violentamente.

Calixta é vendida por conta da rivalidade criada entre os irmãos, que disputavam sua atenção e amor. Assim, o pai vê a necessidade de separar os dois, indo Casimiro com a mãe para a cidade, enquanto José permanece com o pai na fazenda. Subitamente uma desgraça ainda pior acontece. Pai e filho, inexplicavelmente, morrem envenenados na fazenda, restando Casimiro como único herdeiro. Este, sem mais empecilhos, corre em busca da escrava Calixta, seu grande amor. Não tarda muito, encontra seus vestígios perto de Santos. Porém, seu amor é abalado, ao descobrir que a mesma situação havia ocorrido na família para qual a escrava havia sido vendida. Tudo em nome da liberdade que lhe havia sido negada pelo Sr. Soares. Para agravar a situação, esta já não se encontrava mais no país, pois havia conseguido ir para Portugal com um viajante português. Quanto a Casimiro, viu-se traído, em profunda depressão pela culpa, pois em nome do amor que prometeu a Calixta teve a ousadia de ordenar à mãe da escrava que envenenasse seu próprio pai e irmão. Mortos por culpa do sistema escravista que subestimava e desconhecia o poder e a força de uma mulher.

Outra ilustre viajante, a inglesa Maria Graham, deixou um importante depoimento em seu livro "Diário de Uma Visita ao Brasil", feito no passeio que fez à Mata da Paciência, região de Santa Cruz, em cuja fazenda existiam três feitorias subordinadas: a de Peri-Peri, a de Bom Jardim e a de Serra ou Santarém. É a história da liderança de uma mulher à frente a uma fazenda de grande produção, no Brasil Imperial. Sozinha, movida por grande coragem e visão, soube tomar conta de uma imensidão de terras e inúmeros escravos, transformando em modelo para as fazendas da Baixada e do Rio de Janeiro as terras improdutivas deixadas pelo finado marido. Aqui, o relato de Maria Graham:

"Logo que nossos cavalos ficaram prontos, cavalgamos para a Mata da Paciência, engenho de D. Mariana, filha mais velha da Baronesa de Campos, e para a qual tínhamos uma carta de apresentação. Tivemos aqui, uma recepção das mais polidas por parte de uma bela mulher, de tom senboril, que encontramos na direção de seu engenho, o que é de fato interessante. Fomos recebidos primeiro pelo capelão, pessoa polida e bem informada; com ele estava o capelão de Santa Cruz que, por ter sido antes professor no colégio do Rio, é geralmente conhecido pelo nome de padre-mestre. D. Mariana conduziu-nos ao engenho, onde nos deram bancos colocados perto da máquina de espremer, que são movidos por um motor a vapor, da força de oito cavalos, uma das primeiras, senão exatamente a primeira instalada no Brasil. Há aqui 200 escravos, e outros tantos bois, em pleno emprego. A máquina a vapor além dos rolos compressores no engenho, move diversas serras, de modo que ela tem a vantagem de ter a sua madeira aparelhada quase sem despesa.

Enquanto estávamos sentados junto à máquina, D. Mariana quis que as mulheres que estavam fornecendo as canas, cantassem, e elas começaram primeiro com algumas de suas selvagens canções africanas, com palavras adotadas no momento, adequadas à ocasião. Ela lhes disse então que cantassem os binos à Virgem. Cantaram, então, com tom e ritmo regular com algumas vozes doces, a saudação angélica e outras canções. Acompanhamos D. Mariana dentro de casa onde verificamos que, enquanto nos ocupávamos em observar a maquinaria, as caldeiras e a destilaria, preparava-se o jantar para nós, apesar de já estar passada há muito, a hora da família. A nossa partida fomos instados amavelmente a voltar, em nossa viagem de retorno ao Rio, coisa que nós, sem nenhuma repugnância, prometemos fazer."

Há muito tempo é do conhecimento de todos que as mulheres sempre souberam explorar o poder que exercem sobre os homens e, assim, sobre a sociedade. As provas que a história guarda de que a mulher é uma líder nata e dotada de dose equilibrada racionalidade e emoção são fascinantes. O homem buscou menosprezar a inteligência e obstinação femininas, através da força física, apoiado em um sistema social que criou o estereótipo da mulher como ser frágil e pacato, o escravismo.

Somos muito mais do que tudo isso e a história é a única capaz de mostrar o que de fato aconteceu. Os obstáculos foram vencidos, porém novos surgiram e continuam sendo ultrapassados. Como a grande pianista e defensora dos direitos da mulher, Chiquinha Gonzaga, disse um dia: "Sofri e chorei, mas tive e soube dar muito amor..." É esta a verdade sobre o universo feminino. Ou seja, sofremos, choramos e lutamos, mas o orgulho de ser mulher e transmitir amor nos fizeram seres especiais e essenciais à vida.

Como testemunhos da história, restam ainda nos dias de hoje vestígios dos antigos engenhos que outrora existiram nos municípios de Magé e Campo Grande. Podemos conferir tais ruínas do Município de Magé, na fotografia que segue ao final do texto.

BIBLIOGRAFIA

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora Ltda, 1982.
 EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
 FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Editora Ltda, 1975; vol. 21.
 PERES, Guilherme. *Senzalas e Liberdade na Baixada Fluminense* – A ser publicado.
 SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é*. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Costa, 1959, 1ª edição.
 SEIDLER, C. *10 Anos no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

IMAGENS

- RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca pelo Brasil*. Paris: Ed. Parisiense de Engelmann e Cia, 1835; vol. 2.
 D'ORBIGNY, Acides. *Viagem à América Meridional – 1826-1833*. Buenos Aires: Futuro, 1945.
 PERES, Guilherme. Ruínas de uma antigo Engenho na Baixada. Arquivo pessoal.





Retrato de Armanda Álvaro Alberto

A TRAJETÓRIA DE UMA EDUCADORA PIONEIRA Armanda Álvaro Alberto (1892 - 1974)

Ana Chrystina Venancio Mignot

Meus queridos alunos da Escola Regional de Meriti,

Como não posso ir hoje até aqui para receber vocês todos no dia da reabertura da nossa Escola, ao menos em pensamento quero estar perto de vocês. Sei que D. Zulmira e D. Dulce vão fazer tudo para que vocês não sintam a minha falta.

E sei que vocês também vão fazer um esforço muito grande para trabalhar, para estudar, para brincar, para viver na Escola como se eu fosse aparecer de um momento para outro e abrir os braços, dizendo o que sempre digo quando chego aqui: bom dia, meus passarinhos!

Meus queridos alunos: não há de custar muito a chegar o dia em que vocês vão me ver de novo. Enquanto esse dia não chega, quero ter a certeza de que vocês se lembram de mim: quero receber cadernos com exercícios bem feitos por vocês, todas as vezes que o professor Edgar for dar aula aqui.

Lembrem-se mais uma vez de que em nossa Escola todos os alunos são irmãos, brancos, pretos e mulatos: quero ver todos juntos, ajudando-se um ao outro, brincando sem brigar.

Tudo o que vocês quiserem de mim, é só pedir por carta, que para vocês faço com alegria o que é possível fazer. Que cada semana, um aluno, ou mais de um, me escreva, contando tudo o que se passa aqui: excursões, jogos, comissão de cada um, doenças, etc.

Escutem: organizem as comissões de trabalho muito direitinho, por eleição. Só podem votar os alunos de 10 anos em diante. Os menores podem ser votados, porém não podem votar. Muito cuidado com o Museu, com os livros, com a vitrola. E o nosso jardim? as nossas árvores de frutas? as nossas flores?

Para as mães do Circulo de Mães e para todas as mães dos meus alunos, mando um abraço de amiga.

Para vocês, minhas crianças, todo o carinho de sua professora muito amiga

Armanda

A carta transcrita acima é um elo de ligação entre uma professora e seus alunos. Assim como outras tantas cartas, foi escrita para encurtar distâncias, amenizar ausências, comunicar saudades. Ela passaria despercebida se não tivesse uma anotação manuscrita no final – *Enviado da prisão política na Enfermaria da Casa de Correção* – que revela o contexto político na qual foi produzida e parte da biografia da remetente.

Armanda Alvaro Alberto estava presa sob a acusação de participar do movimento comunista de novembro de 1935. Segundo a imprensa da época, pesavam sobre ela, Olga Benário, Nise da Silveira, Maria Werneck, Beatriz Bandeira, Eugênia Álvaro Moreira, Eneida de Moraes, Carmem Ghioldi, Julia dos Santos, Valentina Leite Barbosa Bastos, Rosa Meireles, Elisa Ewert, as denúncias de fazerem propaganda comunista de forma velada ou ostensiva, colaborando com seus maridos ou parentes na difusão das idéias marxistas. Seu nome figurava em notícias de jornais que tinham como manchetes: “Eva agitadora – a União Feminina é um disfarce do Partido Comunista”; “Eva no Tribunal de Segurança”, “Mulheres na rebelião vermelha”; “Iniciada a formação de culpa das mulheres comunistas”, entre outros, que as identificavam como perigosas, rebeldes, revolucionárias, extremistas, comunistas.

Presidindo a União Feminina do Brasil (UFB) – entidade criada em meio à efervescência política de 1935 – que visava defender os interesses das mulheres brasileiras, Armanda procurou romper com a discriminação que se expressava na legislação que mantinha a mulher em situação humilhante. Repudiava o Código Civil e o Código Comercial, que precisavam ser modificados para que a mulher deixasse de ser “*uma sombra sem individualidade política*”, como afirmou em entrevista ao jornal *A Manhã* – órgão da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 4 de maio. Analisando a condição feminina, ela criticou, severamente, o fato de que se ignoravam os direitos reclamados pela mulher de dispor de si mesma e do fruto do próprio trabalho, conservar os filhos menores em caso de divórcio, receber salário idêntico ao do homem, descanso antes e após o parto, amamentar os filhos em creches mantidas em locais de trabalho. Convocava, enfim, as mulheres para, de forma coletiva, lutarem pela liberdade, lançando a idéia da fundação de uma entidade, a Associação Feminina do Brasil.

Maria Werneck, em seu livro de memórias sobre a primeira prisão política feminina, destacou os manifestos lançados pela entidade. “As mulheres do Brasil” foi o primeiro, assinalando o início das atividades. Nele eram conclamadas as educadoras, intelectuais e trabalhadoras a se associarem para lutar contra a desigualdade, o integralismo, em favor dos direitos a melhores salários e à vida digna. Lutar pelos direitos políticos e civis das mulheres, elevar o nível cultural, proporcionar igualdade econômica, lutar contra as guerras e os regimes que

restringiam os direitos femininos, foram princípios básicos estabelecidos no “Manifesto-Programa” da nova entidade, que teve em sua comissão organizadora, além de Armanda, Maria Werneck, Esther Xavier, Catharina Landsberg, Eugênia Álvaro Moreira, Mary Mercio e Noemy Mormy.

Na condição de presidente da União Feminina do Brasil, dirigiu também um “Apelo às professoras primárias do Brasil”, divulgado no *Jornal do Commercio* e no *Jornal do Brasil*, em 26 de junho e 24 de julho daquele ano, respectivamente. Estranhando o silêncio destas profissionais, num momento em que todas as “*classes laboriosas*” reclamavam seus anseios, procurou estimular as mulheres educadoras a lutarem por seus direitos. Chamando a atenção para a importante função social que exerciam, Armanda denunciou o quadro de desamparo do trabalho feminino no magistério:

Ha localidades onde a professora despende mais do que recebe - para não perder o direito à nomeação. Ha, ainda, Estados, onde em lugar do aumento de vencimentos em relação à carestia de vida, as professoras remuneradas com 600\$000 mensaes antes de 1930, hoje vêm aquelles vencimentos reduzidos a 200\$000.

Enfim, na maioria dos Estados é a vossa classe a primeira a ser cortada nos vencimentos ou tel-os em grande atrazo, sempre que a situação financeira se aggrava.

De par com a vossa pobreza obrigatória, a verba concedida nos orçamentos, por toda a parte, as instalações e material escolar, é aquella mesquinha que sabeis... Como sabeis, também de sobra, que existem nas capitais e grandes cidades algumas escolas, typos de 'escola nova', às vezes luxuosas, sem dúvida, porém amostras de escolas para admiração dos entendidos...

Depois da constatação destas realidades todas, seria acaso descabido perguntar: - onde estão as associações de professores?

De certo que estão espalhadas pelo paiz afora... E, se através dessas organizações de classe não fazeis a vossa defesa, é claro que embora classe numerosíssima, vos sentis desprestigiadas e fracas. Lembrai-vos, entretanto, mulheres educadoras, daqueles que tendes o dever de defender tanto quanto a vós mesmas: os vossos alunos. Não podeis separar a vossa causa da deles. A vossa classe profissional existe por causa deles e para eles que deveis exigir em cada Estado onde trabalhais, tudo o que falta ao vosso próprio progresso. E mais: vós que conheceis como poucos, o

estado deplorável de doença e de miséria das crianças brasileiras; vós que sois confidentes das mães proletárias; vós que sofreis com elas porque os seus meninos, não raro não podem ir além do segundo ano do curso escolar, obrigados que são a abandonar a escola para ajudar na manutenção da família ... vós tendes o supremo dever de vos unir em redor da infância, ao lado das mães.

(...) Atendei ao apelo profundo que do íntimo de vós mesmas vos faz a vossa consciência de educadoras populares: Ingressai na União Feminina do Brasil.

Liderando a entidade, Armanda defendeu que, assim como a Aliança Libertadora Nacional, a União Feminina do Brasil fosse também uma frente única de todas as mulheres, sem distinção social, econômica, racial, política. Divergia das outras associações que em sua estreiteza viam o homem como inimigo da mulher. A UFB teve vida breve. Criada em maio de 1935, em junho a repressão aos movimentos populares já se fazia presente: ânimos exaltados, insatisfação nos meios militares, reivindicações salariais. A entidade não teve tempo de tornar seus princípios realidade. Assim como muitas outras entidades, essa associação foi fechada, por determinação de Getúlio Vargas, chefe do governo, por ter se filiado à Aliança Nacional Libertadora e fazer parte da Frente Única Antifacista, que lutava contra o integralismo.

Com o fechamento da UFB, considerada subversiva e perigosa à ordem social, as dirigentes protestaram jurídica e politicamente contra a decisão, rechaçando as acusações de vinculação com o Partido Comunista. Para Armanda, a entidade embora não se constituísse em partido político, apoiara a ANL, porque compartilhava dos mesmos ideais: *“é nacionalista, anti-integralista e anti-imperialista, sem que isso, no entanto, importe em pública profissão de fé comunista”*, conforme depoimento transcrito por Maria Werneck na obra já citada. As mulheres de São João de Meriti não se omitiram e publicaram um veemente protesto, repudiando o fechamento da associação feminista: *“As mulheres trabalhadoras de S. João de Merity, justamente indignadas pela attitude arbitrária do governo mandando fechar ilegalmente a sede da União Feminina do Brasil vêm trazer pelas columnas do A Manhã o seu enérgico protesto contra mais esta violência. Visto considerarem essa associação um órgão de defesa de seus interesse, declaram que haverão de lutar por sua legalidade”*.

Acusadas de envolvimento no levante comunista, as líderes responderam a inquéritos. Não ficaram imunes à exacerbação do autoritarismo. Experimentaram o medo, o arbítrio e a violência na prisão política. Apesar dos protestos, assistiram

impotentes à deportação da mulher de Luiz Carlos Prestes para os campos de concentração, como bem escreveu Fernando Moraes no livro sobre Olga Benário. Somente em 29 de julho foram julgados os indiciados *“por excesso de prazo para a formação de culpa”*, conforme noticiou *O Jornal*, neste dia, em *“O julgamento dos co-réus da intentona vermelha”*. Consideradas isentas de culpas no tribunal, as mulheres continuaram recebendo acusações pela imprensa de agitadoras inveteradas e inimigas do regime.

Armanda não escreveu sobre a prisão política, talvez porque a recordação do tempo passado em prisões políticas seja mais doloroso para as mulheres. Ela deixou apenas esta carta aos alunos de sua escola. Cartas escritas por prisioneiros cumprem o papel de aliviar tensões e suprir as carências mais profundas, resultando de um instinto de autoconservação. Maria Werneck, rememorando a prisão política das mulheres, em *Sala 4*, fez inúmeras referências ao fato de que algumas delas passavam o dia entregues à leitura e à escrita, o que ajudava a sobreviver ao medo e à solidão. As cartas trocadas - elo com o mundo exterior - asseguravam uma certa rotina que também comportava *“fatos corriqueiros, vaidades que apareciam em conversas, em olhares zombeteiros”*. A incomunicabilidade, provocada pela suspensão de visitas ou da correspondência, tinha por efeito fazer retornar os temas sérios: *“A reação governamental; o Estado de Sítio; o Estado de Guerra; Lei de Segurança; o Tribunal de Segurança Nacional”*.

Escrever aos seus alunos era, provavelmente, uma forma de Armanda se manter viva, atenuar a falta que sentia da escola, denominada inicialmente Escola Proletária de Merity, à qual vinha dedicando o melhor de seus sonhos desde 1921, após a breve experiência em 1919, com os filhos de pescadores de Angra dos Reis. Foi na escola criada em Duque de Caxias que se distinguiu no cenário educacional e que a fez merecer palavras elogiosas da famosa escritora Júlia Lopes de Almeida ao comunicar a suas leitoras da *Revista Universal*, em outubro de 1924, que só conheciam do Rio de Janeiro *“a parte que vai da Rua do Ouvidor, ao Leblon, com escala em Santa Teresa (...) nascidas e criadas em Botafogo e para cuja opinião só é habitável, e só é elegante essa zona da urb imensa”*, que acabara de chegar de um lugar especial, próximo de uma das estações da Leopoldina, de uma escola onde se realizava uma obra de *“larga visão moral, espírito humanitário, social e moderno”*, dirigida por *“uma das mais inteligentes e mais cultas das nossas patricias, de cuja mocidade irradiante se estende em largo círculo uma claridade fecunda e civilizadora”*.

Na Escola Regional de Meriti, Armanda havia conquistado prestígio, merecendo o reconhecimento de educadores que lutaram pela democratização da educação

no país, como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Edgar Süsskind de Mendonça, entre outros, que divulgavam o caráter inovador e pioneiro da escola e de sua fundadora, visto que o trabalho desenvolvido era *“uma das iniciativas de sentimento mais corajosamente renovador”*, constituindo-se em obra de *“admirável intenção socializadora”*, ou chamando a atenção para o regionalismo como princípio educativo da experiência, pois naquela escola não se compreendia *“a nacionalidade sem que contenha as características de cada região, diretamente ensinada para ser sinceramente compreendida”*, testemunhos estes reunidos por Armada Alvaro Alberto em seu livro.

Na carta enviada da Enfermaria da Casa de Correção, Armada deixa transparecer princípios que norteavam a experiência que desenvolvia na Baixada Fluminense e que foram divulgados nos artigos que publicou e nas entrevistas que concedeu. Particular, gratuita e sem fins lucrativos, a escola funcionou, inicialmente, com os recursos provenientes de donativos da fábrica de Explosivos Rupturita, de propriedade de seu irmão, da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, da Associação Cristã Feminina, de alunas do Colégio Jacobina, onde permaneceu lecionando até 1925, e de doações de amigos e amigas como Laura Brandão e Corina Barreiros. Posteriormente, recebeu o apoio dos pais, de associações, dos comerciantes e dos profissionais liberais da cidade.

Do ponto de vista metodológico, partia do local, próximo, concreto, não restringindo o ensino a questões e temas do ambiente onde a criança vivia. Mais do que assimilar conceitos, os alunos deveriam adquirir o método para chegar a outros conceitos correlacionados. Diferentemente de outras experiências renovadoras, os testes de inteligência eram recusados porque classificavam e homogeneizavam os alunos. Na organização das turmas, a diversidade era considerada de forma a não estigmatizar. Respeitando o critério do grau de desenvolvimento intelectual, cada aluno podia pertencer a várias turmas, conforme o seu adiantamento em cada matéria, para que não se sentisse *“diminuído em se retardar nesta ou naquela turma”*, como Armada frisava nos trabalhos apresentados em conferências de educação e, mais tarde, publicados em seu livro. Recusando prêmios e castigos, na avaliação não havia notas e não se admitia que o desempenho de um aluno tomasse como parâmetro o do colega, contribuindo assim para a construção da auto-estima.

Havia um esforço, na escola, para romper com a dicotomia entre o trabalho intelectual e manual. As aulas de jardinagem, marcenaria, cozinha e costura serviam de ponto de partida para estreitar a relação com o meio, trazendo para o universo escolar a mesma base de interesse existente no ambiente familiar. Atividades manuais permitiram, ainda, que as crianças participassem da vida em comunidade, aprendendo a dividir tarefas, cooperar, trabalhar para a

coletividade. Esta concepção derivava da compreensão de que se poderia contribuir, através da escola, para modificar a mentalidade brasileira com relação ao profundo desprezo pelo trabalho manual, dotando os alunos de formação intelectual sólida, capaz de elevar a capacidade técnica, com os conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Durante a jornada escolar, os alunos assumiam responsabilidades com o funcionamento da escola. Envolvidos na discussão e no desenvolvimento de tarefas, no dia-a-dia, valorizava-se a vivência de práticas democráticas e da solidariedade. Divididos em comissões, numa proposta de co-gestão, os chefes eram escolhidos pelos colegas.

Dirigir uma escola significou para Armada provar que as mulheres eram capazes de contribuir para a formação da nacionalidade. Os relatórios escolares traçavam o quadro de abandono dessa comunidade localizada próxima ao Rio de Janeiro. Na época da instalação da escola, com uma divisão geográfica da região diferente da atual, ela estava *“situada no então município de Nova Iguaçu, Estação de Meriti, da Estrada de Ferro da Leopoldina”*, como observou Edgar Süsskind de Mendonça. Em 1921, a Baixada Fluminense vivia em declínio econômico, faltava saneamento, era repleta de charcos insalubres, onde proliferavam doenças, e as condições de vida da população eram precárias. Ao longo dos anos, Armada registrava não só as dificuldades e conquistas pedagógicas. Epidemias de sarampo, coqueluche, casos de tuberculose, surtos de impaludismo, responsáveis pelas faltas dos alunos e evasão escolar, eram agravados com a ausência de Posto de Profilaxia Rural, guarda sanitário, vacinas, medicamentos, assistência médico-odontológica, água encanada, rede de esgotos, instalações sanitárias, iluminação e transporte.

Ao encerrar suas atividades como diretora da escola, em 1964, o quadro traçado por Armada nos relatórios escolares permanecia dramático. Estudo realizado por Janice Perlman, em 1977, sobre Duque de Caxias, na década anterior, evidenciou que os serviços urbanos não eram quantitativa e qualitativamente melhores do que os oferecidos nas favelas das zonas sul e norte do Rio de Janeiro: apenas 17% das casas dispunham de água encanada, metade das casas não tinha banheiro nem rede de esgotos e a eletricidade só havia chegado à quarta parte das moradias.

O trabalho ali desenvolvido atendia aos apelos formulados pelos nacionalistas sobre a importância de promover, via escola, o progresso e o patriotismo, moldando o futuro da nação. Carlos Drummond de Andrade, em *“Uma escola vive”*, publicado originalmente, em 1945, na *Fôlha Carioca*, enalteceu a importância da escola quando recebeu o relatório anual, que era remetido a colaboradores e divulgado na imprensa com o objetivo de fazer circular uma reflexão particular sobre o cotidiano escolar, a vida da população e uma prática pedagógica pioneira:

Se os relatórios burocráticos são sempre envoltos numa camada de tédio, há outros, os escolares, que podem oferecer-nos a sugestão dos documentos sociológicos e mesmo o interesse dos romances. Contar a vida de uma escola durante um ano, é tarefa que deveria seduzir o escritor; ou despertar em quem não o fôsse o desejo de sê-lo, porque nada há mais vivo e rico de humanidade, mais cheio de problemas e sugestões, do que o funcionamento da comunidade escolar. Necessariamente, a narrativa do ano letivo será tanto mais palpitante quanto for a integração da escola nos seus verdadeiros fins, porém mesmo da escola triste, mal dirigida e de nenhum rendimento, se poderá fazer uma pintura impressionante, que desperte no leitor o sentimento de curiosidade e, mais, o de solidariedade com a pobre infância que ali se destrói.

O relatório não é, pois em si, coisa enfadonha. Saiba-se escrevê-lo, saiba-se ver o que está aí para ser visto, sentido e interpretado e logo se conseguirá isto que aparentemente é tão difícil: interessar o povo na vida escolar. (...)

Muito bem, d. Armanda Álvaro Alberto.

No momento de isolamento no qual se encontrava, distante da família, dos amigos e da escola, Armanda pede na carta aos alunos, que enviem os cadernos para ela através do Professor Edgar. Tratava-se de Edgar Sússekind de Mendonça, com quem estava casada desde 1928. Professor, diretor de escolas, escritor, tradutor, editor, fundador da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, e signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e que também havia sido vítima do arbítrio. Considerado um dos líderes da “*revolução vermelha*”, teve sua prisão efetuada em dezembro de 1935. Em fins de 1936 foi libertado, pois não havia provas de sua participação no levante. Paschoal Lemme, educador também preso na mesma ocasião, explicou, em suas *Memórias*, os motivos que pesaram sobre Valério Konder, Hermes Lima e eles: tinham sido professores de um curso para a União Trabalhista durante a administração Pedro Ernesto que utilizava um referencial marxista. Lembrando ainda os velhos e dolorosos “*tempos agitados e difíceis das posições extremadas*”, trouxe à tona as reuniões das quais participava na casa de Armanda e Edgar Sússekind de Mendonça, com a presença de importantes líderes da revolução de 1935 e que foram indiciados e presos sob a acusação de incitar a rebelião.

Edgar foi, juntamente com Francisco Venâncio Filho, a partir de 1921, um dos mais atuantes e importantes colaboradores da Escola Regional de Meriti. Assim como Armanda – que nasceu em 10 de junho de 1892, no Rio de Janeiro, cidade onde morreu em 5 de fevereiro de 1974, filha do médico Álvaro Alberto Silva e Maria Teixeira da Motta e Silva, e irmã do cientista e um dos fundadores

do CNPq, Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva –, Edgar pertencia a uma importante família da elite intelectual brasileira. Era filho de Anita Sússekind de Mendonça e Lúcio de Mendonça, escritor que, ao lado de Machado de Assis, fundara a Academia Brasileira de Letras. Armanda e Edgar não tiveram filhos. Participaram de uma série de projetos comuns: da criação da escola, da ABE e do lançamento do Manifesto dos Pioneiros, entre muitos outros.

Na Associação Brasileira de Educação - ABE, entidade criada com a finalidade de traçar uma ação política em favor da educação nacional, Armanda presidiu a Seção de Cooperação da Família, composta por mulheres católicas, protestantes, professoras do ensino público e privado. Promoveu conferências, inquéritos sobre leituras, exposições de livros infantis, liderou campanha por uma política de bibliotecas infantis e populares, procurou intervir na política editorial, definindo os critérios que deveriam nortear a apresentação material, o texto, as ilustrações e as traduções dos livros destinados ao pequenino leitor. Em *Educar-se para educar*, publicado em 1931, Francisco Venâncio Filho ressaltou a importância do trabalho por ela desenvolvido como parte das estratégias que visavam chamar a atenção das elites para a grande causa da educação nacional.

No Conselho Diretor, ela e Edgar posicionaram-se estrategicamente em favor da neutralidade em questões religiosas e partidárias da entidade. Pretendiam assim preservar a unidade que permitiria ampliar a ação política no debate educacional. Defenderam o ensino público, laico e a co-educação. Em momentos de radicalização ideológica, permaneceram ao lado daqueles que, diferentemente dos católicos, lutaram por uma escola que acompanhasse as mudanças, se adaptasse às novas exigências, independente de doutrinas, valores e verdades. Os diferentes intérpretes da causa da educação nacional, a partir de 1931, com a possibilidade de traçar um plano nacional de educação, se colocaram em lados opostos. Os valores que a escola deveria defender, a co-educação, o papel do Estado, foram os pontos de discordância entre católicos e pioneiros. Edgar e Armanda assinaram com mais 24 intelectuais o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este documento, liderado por Fernando de Azevedo, encerrava um programa político em favor da escola pública, gratuita, universal e laica, enfim, uma posição em defesa da democratização e modernização do ensino em oposição às forças conservadoras católicas, de acordo com análises desenvolvidas na historiografia da educação sobre a ABE, o manifesto e os signatários. Com Cecília Meireles e Noemy da Silveira, Armanda foi uma das três mulheres signatárias do mesmo.

A divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – o “*documento-monumento*” – da Escola Nova, criticado por representar “*ditadura pedagógica*”, “*pedagogia comunista*”, acirrou os conflitos. A saída do grupo católico da ABE

dividiu os educadores, enfraqueceu a entidade. A posição marxista de Edgar e Armanda, a ênfase com a qual faziam oposição à partidarização da entidade, os apoios que prestaram ao Partido Comunista, a declaração de que eram marxistas, fez deles um alvo constante de críticas. No meio da polêmica, pioneiros e católicos trocavam acusações.

Na Associação Brasileira de Educação, da qual Armanda foi fundadora e membro da primeira diretoria, o trabalho que desenvolvia em sua escola ganhou visibilidade, tendo sido, inclusive, colocado como parâmetro para o projeto de educação popular que a entidade pretendia apoiar e coordenar no país, permitindo assim que ela interferisse nas políticas públicas, atuando de forma decisiva nos rumos da educação brasileira.

Voltando à carta, é possível observar que, ao despedir-se dos alunos, os seus “passarinhos”, Armanda não se esqueceu de fazer uma referência às suas mães e àquelas que participavam do Círculo de Mães, que havia sido criado em 1925, porque acreditava na participação da família e da comunidade na obra educativa da escola. Ela expressava a compreensão de que a educação não era um simples problema técnico. A escola precisava se legitimar na comunidade, na medida em que respondesse a suas aspirações. Em nome do interesse público, guiando e ensinando as mulheres do povo, Armanda partilhou da crença no poder regenerador da educação. Considerava ser esta “uma ação feminista no meio operário”, como assinalou no artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 29 de junho de 1930: “Escola Regional de Meriti: um aspecto feminista de sua ação social”. Com noções de higiene, economia doméstica e educação familiar, ela pretendia disseminar o conhecimento científico, contribuindo para que as mulheres, como cidadãs esclarecidas, valorizassem o cuidado com as crianças.

No programa de rádio “Honra ao Mérito”, de 1952 - gravado em disco, carinhosamente guardado na biblioteca da escola, e no qual são dramatizados momentos significativos da vida de Armanda Alvaro Alberto -, o locutor anuncia que vai contar uma história muito antiga, “lá pelo princípio do século”. Dentre as cenas que a focalizam desde a infância, uma se destaca abordando o trabalho desenvolvido com o Círculo de Mães. As participantes eram donas de casa modestas e a diretora precisava orientá-las sobre os cuidados com a saúde, a higiene e as crianças:

- *Minhas amigas, é realmente um prazer estar com vocês. E seu marido como está do reumatismo, Augusta?*

- *Ele ontem mandou benzer as juntas.*

- *Melhorou?*

- *Qual!*

- *Benzedeiras não adiantam, minha amiga. Leve seu marido ao médico.*

Ele é que sabe benzer de um jeito que dá resultados.

- *Pedrinho continua cada vez mais levado dos diabos. Ontem eu dei uma boa surra de chicote.*

- *E o que você conseguiu com isto?*

- *O menino ficou desesperado e me xingou de tudo quanto foi nome e acho até que tomou mais raiva de mim. E eu, dele.*

- *E era isto o que você queria, minha querida?*

- *Eu? Não senhora. Eu só queria corrigir ele.*

- *Mas você está cansada de saber que dar surras numa criança não resulta em coisa boa. Não faça nunca mais uma coisa dessas, Maria (...)*

Não só no tom afetuosos e nas referências feitas às professoras Zulmira e Dulce, com as quais os alunos poderiam contar na sua ausência, mas na própria cerimônia epistolar, Armanda deixou claro, em sua carta, sua compreensão do que deveria orientar a relação professores-alunos. Ao se despedir com “*todo o carinho de sua professora muito amiga*”, retoma tema que havia abordado no trabalho “Uma experiência de Escola Regional”, apresentado na 5ª Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, em Niterói, em 1932, no qual defendia uma relação de camaradagem no processo ensino-aprendizagem:

Sejam, entretanto, as professoras, o que precisam ser - amigas de mais idade e experiência, que sabem e às vezes também não sabem, não se acanhando de pesquisar ao lado dos alunos, de aprenderem, mesmo com eles, as coisas todas da região que conhecem desde pequeninos...

Amigas discretas que, ao apresentar um plano de coisas a estudar, esperam sugestões, discutem com os alunos os detalhes de execução, respondem a perguntas muito mais do que perguntam, na atitude de quem encaminha o aprendizado, sem o autoritarismo de quem dá lições... Amigas que sabem deixar cada um dar tudo de si, satisfeita do esforço próprio...

Sejam as professoras essas camaradas que ensinam como querem que as crianças aprendam - fazendo. Sejam capazes de encontrar a sua própria infância na infância delas, e corram, e brinquem no meio delas...

Sejam as professoras as trabalhadoras conscientes e alegres do seu trabalho, trabalho que as identifica inteiramente com as aspirações sociais que nutrem para os seus alunos, e pouco a pouco aquelas linhas ideais, que já se deixam entrever mas ainda não fixadas, se fixarão.

Os destinatários da carta escrita por Armanda Alvaro Alberto na Enfermaria da Casa de Correção foram os alunos de sua escola naquela época e de todas as épocas, que se orgulhavam de estudar numa instituição tão importante, como observou Raquel Trindade, em nome dos ex-alunos, na festa de despedida da fundadora:

"Quando estive na Europa, me mostraram métodos de ensino adiantadíssimos. Os senhores não imaginam o que eu senti quando verifiquei que os métodos da Escola que o povo chamava de mate com angu estavam além dos métodos europeus. Mate com angu era como nos chamavam na rua, mas eles sabiam que nós não ligávamos para o apelido, não ligávamos porque éramos felizes".

São todos as mães, professoras e alunos de ontem e de hoje que inspiraram os inúmeros textos de Armanda sobre a escola, a leitura e os livros: "Biblioteca para Moças", em 1925; "1º Inquérito sobre leitura infantil nas escolas públicas e particulares do Distrito Federal", em 1928; "Biblioteca para Crianças e Adolescentes", em colaboração com Edgar Sussekund de Mendonça e "Escola Regional de Meriti - um aspecto feminista de sua acção social", em 1930; "Biblioteca Pública Infantil", em 1932; "O livro como fator de educação", "Livros, jornais e revistas", em 1933; "Leitura para adultos (o problema da biblioteca popular)", "Ainda a literatura infantil", "Dois annos de actividade na Censura", em 1934; e "Leituras infantis" e "Era uma vez", em 1948, entre outros.

Também são todos os amigos da cidade que acolheu seu projeto de vida e aos quais, como prova de gratidão, dedicou seu único livro: *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, publicado em 1968, que contém todo o período no qual esteve à frente da escola, até transferi-la para o Instituto Central do Povo, instituição pertencente à Igreja Metodista, depois que seus esforços fracassaram para doá-la para o governo estadual. Neste livro reuniu textos apresentados em Conferências Nacionais de Educação, testemunhos dos principais colaboradores, depoimentos de ex-alunos, impressões de visitantes, homenagens e fotografias.

Hoje, os destinatários somos todos nós, que compreendemos que em Duque de Caxias não existe apenas o edifício de uma instituição importante no passado. Afinal, mais do que com cimento e tijolos, a Escola Dr. Álvaro Alberto - denominação que recebeu em homenagem ao pai de Armanda quando ela se afastou da direção - foi construída com sonhos, constituindo-se em uma das mais expressivas experiências de Escola Nova no país.

Respeitar a memória de sua fundadora implica cuidar pedagogicamente da escola, assegurando um clima propício às inovações; preservar fisicamente o prédio,

de modo a prosseguir em seus esforços para construir um ambiente belo e adequado ao universo infantil; equipar a escola com modernos recursos didáticos; ampliar a biblioteca e o museu escolar, que existiram graças a muito sacrifício e abnegação; pagar salários justos aos profissionais; assegurar uma formação continuada como questão fundamental ao exercício da docência; defender, enfim, um ensino de qualidade para todos, na instituição que permanece como referência, como símbolo de lutas dos educadores brasileiros. Nada disto será suficiente se não se procurar estender tal compreensão a todas as escolas.

Este é talvez o mais importante desafio daqueles que se identificam como destinatários da mensagem de Armanda Alvaro Alberto e querem manter acesa a esperança de uma educação e um mundo melhor. Tal como alertou Paschoal Lemme, o mais jovem dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, por ocasião dos 40 anos da escola, não se pode perder de vista o papel fundamental que a escola desempenhou na cena educacional, edificada "*sob a inspiração de Euclides da Cunha, e isso já era todo um programa de seriedade, de devoção, de profunda compreensão do homem brasileiro, de sadio nacionalismo*", razão pela qual despertou a colaboração e o aplauso de Heitor Lyra, Belisário Penna, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, entre tantos outros. Por tudo isto é importante proteger a escola e sua fundadora do esquecimento:

Tal como a barraca de Euclides da Cunha, à beira do Rio Pardo, onde o monumento de 'Os Sertões' foi concebido e escrito, e que o governo envolveu em sua proteção carinhosa, pelo muito que representa para a nacionalidade, a Escola Regional de Meriti está a merecer também a atenção das autoridades, não para rodeá-la de vidro, nem para transformá-la em museu, como a Iasnaia Poliana, de Léon Tolstói, mas para aproveitá-la em toda a sua plenitude, dando-lhe recursos para a sua sobrevivência, para completar seus planos, transformando-a numa verdadeira instituição de caráter experimental, onde o professorado vá receber a inspiração de métodos progressistas de ensino e de educação, numa instituição nascida do ideal e do sonho, mas forjada na luta com a prática e com a realidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. Um maço de cartas In *Revista Universal*, outubro de 1924, (reproduzido por Alvaro Alberto, Armanda, *op. cit.* pp. 57-62).
- ALVARO ALBERTO, Armanda. *A Escola Regional de Meriti (documentário) 1921-1964*, Rio de Janeiro: MEC-INEP-CBPE, 1968.
- _____. Em defeza dos interesses da mulher brasileira. *A Manhã*, 4.05.1935.
- _____. Apelo às professoras primárias do Brasil. *Jornal do Comércio*, 26.06.1935 (também publicado no *Jornal do Brasil*, 24.07.1935).
- _____. Escola Regional de Meriti: um aspecto feminista de sua ação social. *Correio da Manhã*, 29.06.1930.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Uma escola vive. *Fôlha Carioca*, 15.01.1945, (reproduzido por ALVARO ALBERTO, Armanda, *op. cit.* pp. 133-135).
- ARQUIVO ARMANDA ALVARO ALBERTO – PROEDS/UFRJ.
- ARQUIVO EDGAR SUSSEKIND DE MENDONÇA.
- ARQUIVO DA ESCOLA DR ÁLVARO ALBERTO.
- ATAS DA SEÇÃO DE COOPERAÇÃO DA FAMÍLIA DA ABE, 1925 - 1929.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Editora Nacional, 1944.
- BRANDÃO, Zaia. *A inteligentsia educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias da Escola Nova no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- CAMPANTE, Dêlcio. *Metodismo e setores populares (Rio de Janeiro, 1906-1930)*. Rio de Janeiro: IESAE, Dissertação de Mestrado, 1985.
- CARVALHO, Marta Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- HORTA, José Silvério Bahia. *O bino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LEMMÉ, Paschoal. No 40º aniversário de fundação da Escola Regional de Meriti. In ALVARO ALBERTO, Armanda. *op. cit.* pp. 163-172.
- _____. *Memórias (2)*, São Paulo, Cortez, 1988.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bérqson. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- _____. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de idéias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, (orgs). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: EUPF, 2002, pp. 115-136.
- _____. Editando o legado pioneiro: o arquivo de uma educadora. In MIGNOT, Ana Chrystina Venancio, BASTOS, Maria Helena Camara e CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs) *Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Editora Mulheres, 2000, pp. 123-144.
- _____. Armanda Alvaro Alberto In FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jäder de Medeiros (orgs). *Dicionário dos educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Brasília: INEP. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. pp. 89-98.
- _____. Relíquias de professora: a singularidade de uma trajetória na trama de histórias. In FRANCO, Creso e KRAMER, Sonia (orgs). *Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997. pp 39-60.
- _____. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 74. n 178, set-dez. 1993, pp. 619-638.

- MORAES, Dalva Lazaroni. *Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: Asgráfica Editora Ltda. 1978.
- MORAES, Fernando. *Olga*. São Paulo: Editora Alfa Omega. 1986.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- O'NEIL, Charles Francis. *The search for order and progress: brazilian mass education. 1915-1935*. Tese de doutorado em Filosofia. University of Texas at Austin, 1975.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RECONSTRUÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: ao Povo e ao Governo. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1932.
- SÜSSEKIND DE MENDONÇA, Edgar. A Escola Regional de Meriti (realizações e projetos). In ALVARO ALBERTO, Armanda. *op.cit.* pp. 13-22.
- TRINDADE, Raquel. Na festa de despedida. In ALVARO ALBERTO, Armanda. *op.cit.* pp. 173-176.
- VENANCIO FILHO, Francisco. *Educar-se para educar*, Rio de Janeiro: Ariel Editora Ltda, 1931.
- VIANA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.
- WERNECK, Maria, *Sala 4. Primeira prisão política feminina*. Rio de Janeiro: CESAC, 1988.
- XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.



"Nossa casa (...), havia o gosto pela música, pelo estudo, pela política e pela amizade. Ali brincamos, crescemos, nos divertimos, cultivamos valores, aprendemos, divergimos, sofremos(...). Dali saímos para o mundo, para novas vidas, mas, sobretudo, ali amamos e fomos amados".

Lygia da Cunha

Lydia com o marido José Antônio e as filhas do casal: Dora, Lygia e Lúcia e Tânia, na casa da Rua 19 de Março, 260, Duque de Caxias.

QUOTIDIANO E MILITÂNCIA NO MOVIMENTO DE MULHERES

Lydia da Cunha (1921-1987)

Elza Dely Veloso Macedo

LYDIA DA CUNHA – UMA MULHER (IN)COMUM

Nascida em Ramos a 27 de maio de 1921, a carioca Lydia Dias Alves chegou bem no início de uma década particularmente efervescente na história do Brasil, que progressivamente passa de uma estrutura agrária atrasada a uma incipiente mas progressiva industrialização.

Enquanto jovens de famílias de alta renda contavam com governantas estrangeiras ou possibilidade de se diplomarem na Europa ou Estados Unidos, a menina Lydia percorre o sistema educacional da época, colhendo a escolarização concernente à sua condição de mulher e pobre. Com a morte prematura da mãe Isaura, o pai logo contrai outras núpcias. Cinco outros filhos sobrevivem dessa nova relação elevando a prole para nove. Sem possibilidades de recreação e ocupações divertidas, Lydia dedica-se aos estudos sempre que o rateio das obrigações domésticas possibilita e elege a escola como o seu refúgio, onde dava vazão ao seu temperamento alegre e comunicativo.

Muito boa aluna, consegue benefícios da Caixa Escolar, uniformes, livros didáticos, cadernos. Outros livros que adorava ler eram sempre emprestados dos colegas. Assim ficou muito feliz quando ao término de um ano letivo ganhou de uma professora um livro de histórias infantis. E mais ainda quando terminou o curso primário em 1933 e recebeu como prêmio da Secretaria de Ensino do então Distrito Federal, das mãos do seu diretor, o insigne educador Anísio Teixeira, uma edição especial de História do Mundo para Crianças, de Monteiro Lobato. Em seu resumo autobiográfico, Lydia revela seu encantamento pela obra do escritor paulista "(...) era uma delícia acompanhar as peraltices da Emília"¹ e procura lê-la quase toda "(...) e assim ia aprendendo muita coisa".²

Desde cedo inseriu-se no mercado de trabalho. Buscando uma melhor ocupação Lydia concluiu o curso Técnico em Contabilidade no Instituto Propedêutico do Rio de Janeiro, à noite, já trabalhando em escritório no centro da cidade. Segundo suas palavras a escolha do curso não se deveu a nenhuma vocação ou interesse particular por esse campo de conhecimento, mas por ser "acessível para quem era pobre e facilitava conseguir emprego". Experimenta aí a concretude da vida difícil da mulher trabalhadora pobre, residente no subúrbio, convivendo com as dificuldades diárias do transporte, da relação patrão-empregado, dos preconceitos em relação à mulher.

ORDEM NA CASA E VAMOS À LUTA!

Lydia entra na década de 40 com seus dezenove anos. Torna-se adulta, mulher. O trabalho, além do salário, traz também uma certa autonomia na vida em família, entretanto, mesmo assim, no dizer da irmã Jorinda, logo que pôde ela "pulou fora". Esse pular fora da casa paterna na década de 40 tinha quase sempre o mesmo significado: o casamento. E assim foi. Casamento formal, oficial, só viria a acontecer alguns anos mais tarde, mas, em 1942, Lydia e José Antônio Cunha passam a viver juntos em Duque de Caxias. Solteiros ambos, com aceitação recíproca nas duas famílias, a não formalização do casamento foi movida talvez pela mesma razão que movia outros militantes comunistas. Benedito, codinome de Cunha, teria preferido menos visibilidade para a união e a companhia. Grávida pela primeira vez, Lydia vê o ano de 42 encerrar-se trazendo a sua primogênita. Vó Encarnacion, mãe de Cunha, é quem traz Dora à luz, o que viria acontecer também nos seus outros partos. No ano seguinte, muito discretamente participa do esforço de organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) a qual seu irmão Mário e um primo vieram integrar.

Débil e mesmo ferido de morte, o Estado Novo passa a ser cada vez mais refém, dos grupos oposicionistas. Os comunistas puseram-se às ruas clamando por anistia aos presos políticos do movimento revolucionário de 35. Nas principais cidades criaram-se comitês democráticos pró-anistia com grande potencial de mobilização. Lydia então já é mãe pela segunda vez. Nem Lúcia bem pequenina e nem mesmo a nova gravidez impedem sua participação no comitê pró anistia em Duque de Caxias. A família, que até então ocupara um imóvel alugado, vai sentindo a necessidade de mais espaço e quando Lígia, a terceira filha, nasce em outubro de 45, já seria recebida na nova casa construída pelo pai. Providencial mesmo essa mudança porque Lydia já havia trazido para a sua companhia, desde o nascimento da pequena Lúcia, a sua avó Laudelina, mãe de Isaura. Agora trazia também a irmã Jorinda. Talvez fosse esse o momento sinalizador de uma militância mais assumida e intensa. Vinte e cinco anos, um casamento feliz, três filhas e uma enorme vontade de participar na construção de um novo mundo, possível a partir do final da guerra.

Um verdadeiro marco temporal, 1945 assinala o início de um tempo tido por muitos historiadores como o mais rico da história brasileira (Barros, 1990)³. O Estado Novo moribundo leva Getúlio Vargas a buscar alianças até então impensadas, como com os comunistas que avidamente perseguira. Por outro lado, o PCB percebendo toda a potencialidade do momento negocia e consegue a anistia ampla para seus militantes, podendo então trazer à legalidade a mobilização da sociedade que a partir daí pode ganhar vigor e visibilidade. Cunha candidata-se a vereador por Duque de Caxias obtendo uma suplência.

Lydia intensifica sua participação na UFDC-União Feminina Duque de Caxias, que ajudara a fundar, tornando-se sua primeira secretária.

Em notas autobiográficas Lydia revela sua constante preocupação com as injustiças sociais, com a desigualdade das condições de vida e uma crença ilimitada de que tudo isso pode ser modificado, como já vinha acontecendo pelo mundo afora. Ideologicamente comunista, nunca se filiou ao Partido. É possível que tão consciente estivesse da responsabilidade atribuída a uma militante, que tenha se recusado a compaginá-la com as atribuições de esposa, dona de casa e mãe, às quais conferia primordial importância. Assim, alguns arranjos domésticos, como a colaboração da irmã Jorinda, foram decisivos para que Lydia sentisse a necessária liberação para dedicar-se intensamente ao movimento de mulheres, quando as filhas pequenas requeriam ainda muita atenção.

Desde 1949 o trabalho das uniões femininas locais encontrava-se unificado na Federação de Mulheres do Brasil (FMB) e Lydia, a partir do início da década de 50, amplia sua participação, do nível local para o nacional, dedicando-se com plenitude, inclusive disponibilizando-se para viagens, algumas de longa duração. Durante as viagens internacionais dessa década, 1953, 1955, 1958 e 1959, Cunha, que sempre a incentivou a fazê-las, inclusive financeiramente, transbordava sua atenção de pai fazendo-se mais presente ainda junto às meninas, procurando deliberadamente suprir a ausência da mãe, destarte aos cuidados da tia Jó e da "vó" Laudelina.

Curiosamente, entre a primeira e a segunda viagem, a mocinha que aos 20 anos sobrepujara-se aos costumes da época dispensando as núpcias formais, delas veio a fazer questão e, ao organizar em 1954, em sua própria casa, o casamento da cunhada Isaura, irmã de Cunha, oficializou também a sua união. Só então nasceu Lydia da Cunha.

LYDIA DA CUNHA – CASA, COISAS E CASOS

Característica do movimento de mulheres nos anos 50, a saída para a luta pressupunha que a casa, na verdade a família que ali se abrigava, estivesse plenamente assistida. É assim também com Lydia, por isso o destaque para o universo familiar e seu espaço. Tirada em 1952, a foto clássica, pai, mãe e filhas, é muito bonita, porque bonitos todos eram. Ademais, como o costume da época, essa fotografia requeria uma produção esmerada: combinação antecipada com o fotógrafo, cuidadosa seleção da indumentária de cada um, escolha do cenário e seus aparatos. Consciente ou intuitivamente percebia-se o seu valor iconográfico. Num bonito porta-retrato ganhou um lugar especial na sala de jantar, o ponto mais nobre da casa da 19 de março, 260, em Duque de Caxias,

como também as fotos emolduradas de Lydia e José Antonio, lado a lado, penduradas na parede, como que a presidi-la e aos seus moradores.

Uma descrição minuciosa feita pela filha Lygia, propicia captar um pouco do "espírito" da casa.

"Eclética, a sala era iluminada por um lustre de cristal cheio de pingentes, que a dona da casa mantinha invariavelmente polidos, e uns prosaicos pingentes de barbante que sinalizavam às moscas, abundantes na região, qual era o seu lugar. O piano, utilizado por Dora, Tânia e um pouquinho por Lígia, e o mobiliário adequado e elegante, davam-lhe um quê aristocrático. A TV, que chegou mais tarde, foi para cima da cristaleira roubando-lhe o brilho mas, por sua posição altaneira e pelas janelas sempre abertas, socializava com a vizinhança as emoções dos jogos de futebol nas tardes de domingo. Havia ainda a rádio vitrola na qual sua dona e seu romantismo sob controle cedia ao deleite dos seus discos em 78 RPM's: Debussy, Tchaicovsky, Chopin, Piaff, Charles Trenet, Francisco Alves. Democrática mesmo era a copa. "(...) era ali que se faziam as refeições. Era ali também que se discutiam os assuntos políticos. O ponto de encontro da família. (...) era na copa que as conversas fluíam, que se recebiam os familiares e os amigos. Também era ali que os vizinhos e parentes vinham ouvir Lydia narrar suas viagens e seu trabalho na delegação da FMB (Federação de Mulheres do Brasil)."

Às vezes conseguia uma loja ou sala vazia, mas a própria casa era sempre disponibilizada. Tudo era preparado com esmero. Todos eram convidados com dia e hora acertados. Lydia reunia fotos, preparava cartazes, selecionava objetos e falava, falava e tentava passar para cada um daqueles que lhe acorriam ao chamado, um pouco do que vira e ouvira em terras tão longínquas. Às vezes fazia mesmo uma pequena exposição para que de forma mais didática tudo pudesse ser compreendido pelo seu público. Era quase uma compulsão esse cuidado em abrir para os outros a experiência que vivera. Extremamente simples, sem ao menos um breve toque de exibicionismo, sua disposição para falar vinha do que considerava ser uma responsabilidade social, quer porque viajara como delegada a um congresso, quer porque considerava que era necessário estar permanentemente intervindo e esclarecendo as pessoas.

Sua filha Dora lembra que nas diversas situações em que a possibilidade se apresentava, lá vinha Lydia com seus "discursos". Suas palavras caíam fundo. Eram aplausos de pé, gente chorando, emoção. Tinha o dom do senso de propriedade: o que devia ser dito, em que hora, para quem. Por gostar tanto de falar, diligentemente, logo que surgiu a possibilidade, atendeu ao convite da Rádio Jornal do Comércio em Duque de Caxias. Usar esse recurso significava

potencializar sua mensagem, falar do que vira e aprendera para muitas pessoas simultaneamente. Não podia desperdiçar. Transformava as conversas sobre lugares que conhecera em viagens imaginárias que pelas ondas do rádio conduziam pessoas que raramente poderiam fazê-las de fato. Metódica e organizada, essas viagens pelo Brasil e pelo mundo estão registradas em cuidadosos e bem elaborados textos. Para além das descrições, sempre procurava enriquecê-las com pesquisas sobre história, cultura, economia e curiosidades sobre o país ou cidade visitados. Na década de 50, com a TV chegando discretamente à periferia do Rio de Janeiro, a voz de Lydia permitia aos seus ouvintes abrir janelas para o mundo.

EUROPA, FRANÇA E... CAXIAS

Embora muitas instâncias associativas de mulheres estivessem em ação na década de 50 e seu entorno, a visibilidade, a extensão quantitativa e a repercussão das ações desenvolvidas possibilitam que se designe o movimento, que então aglutinou as mulheres em torno de causas sociais de cunho nacionalista, coordenando atividades em nível nacional e internacional, como aquele organizado sob a instrumentalização política de esquerda, com destaque para o Partido Comunista, sob a égide da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) e da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), com seus desdobramentos estaduais e locais.

Na estrutura da FDIM os congressos são a instância maior de participação e definição de políticas. Por isso o de Copenhague, em 1953, teve extraordinária importância. Antecedido por grande divulgação e muitas atividades preparatórias, recebeu um grande número de representantes em condições de discutir de maneira fundamentada e deliberar sobre políticas de ação a serem implementadas. Ademais foi o primeiro a elevar a ponto de pauta prioritário a questão dos direitos da mulher, constituindo-se assim num marco entre os eventos internacionais da década. A FMB reuniu a maior delegação que já enviara a um congresso internacional. Lydia, indicada para compô-la, misturava emoção e ansiedade pela possibilidade da viagem com a apreensão por um afastamento possivelmente prolongado.

Após o Congresso, como já suposto, 13 membros da delegação brasileira foram convidados pelo Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas a conhecer a URSS. Atenta e disciplinada, registra tudo com pormenores, das viagens em diferentes meios de transporte (trem, avião), às inúmeras visitas. Seja por uma predisposição pessoal, seja pelo clima do Congresso do qual participara, Lydia viaja em estado de encantamento e observa tudo o que a sua personalidade generosa permite ver. Nas fotos de viagem que acompanham a descrição, uma observadora atenta registra, pergunta, se convence e se encanta, ora com a beleza dos monumentos históricos, ora com o esplendor do metrô, com a eficiência dos serviços médicos ou com a assistência social aos trabalhadores.



Fotografias de viagem a URSS e a China. No canto superior esquerdo, retrata uma das muitas exposições organizadas por Lygia para compartilhar conhecimentos obtidos e experiências vividas.



Acervo da família de Lygia da Cunha

Voltando ao Brasil sente necessidade de inserir-se intensamente na Federação e, já nas eleições seguintes, passa a integrar a diretoria da FMB, na condição de primeira secretária, e posteriormente na de secretária geral, não deixando mais a função até a sua extinção. Nessa condição participou da I Conferência Latino-Americana de Mulheres (CLAM) em 1954, do Congresso de Mães em Lausanne em 1955, do Congresso da FIDM em Viena, em 1958. Após esse Congresso, novamente um convite para viagem, dessa vez à China, que estava para completar 10 anos de vivência revolucionária, e também à Tchecoslováquia. Tratando-se de uma viagem longa e cara, o número de convidados fica restrito a dez e Lydia mostra-se muito feliz por ter sido escolhida, uma vez que conhecer a China era um sonho há muito acalentado. Novamente relata cuidadosa e detalhadamente tudo o que vê, coleta um grande número de fotos com a intenção de preparar também uma exposição sobre essa viagem quando regressasse. O pormenorizado relato do caderno é em seguida transformado em um artigo solicitado para a revista "Mulheres do Mundo Inteiro" – publicação trimestral internacional da FIDM em espanhol, alemão, inglês, francês e russo. Nesse artigo estabelece comparações entre a situação da saúde, educação e nível de vida, antes e após a revolução à qual sinonimiza como libertação.

Ao retornar, Lydia viveu pela única vez a experiência de política partidária – filiou-se ao PTB – e do jogo eleitoral – candidatou-se a vereadora pelo município de Duque de Caxias. Não conseguiu eleger-se, embora tenha registrado que considerou essa uma boa experiência porque sua candidatura incentivou outras mulheres a fazerem o mesmo e os partidos a abrirem-se a essa perspectiva. Em sua campanha procurou levar às mulheres do seu município o programa da FMB, analisando com elas os seus direitos e como reivindicá-los.

A década de 60 acumula de novas situações a vida privada de Lydia: a saída do marido de casa, a admissão por concurso no Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro, a viuvez, o casamento da primogênita, a repressão decorrente da ditadura militar, a cassação do emprego. É então o momento em que Lydia peregrina pelos espaços familiares em sua permanente missão: participar, conciliar, construir junto, consolidar. A submersão dos movimentos políticos coloca a inquieta Lydia "dentro de casa", entretanto, ainda assim, "mantém o pé" na combatida FMB, até a morte de sua presidenta e amiga, Branca Fialho, em 1965.

É certo que quando historiadores, entre eles Hobsbawm (1994), consideram o movimento de mulheres como dos mais importantes do século XX, fazem-no em referência ao "conjunto da obra", mas, certamente dando destaque à revolução conceitual, metodológica e estratégica ocorrida no segundo lustro. Repercutindo no Brasil, os acontecimentos internacionais tiveram força suficiente para propiciar que as mulheres pudessem organizar eventos significativos para discutir seus problemas comuns, mesmo num momento em que as liberdades individuais estavam cerceadas. É o caso da criação, em 1975, do Centro da Mulher Brasileira (CMB), a primeira organização feminista do país nessa nova fase.

Separados pelo interregno do período mais duro da repressão, os dois movimentos não raro envolviam-se em embates pouco fraternos, como por exemplo aqueles que envolviam Bertha Lutz e seu grupo de sufragistas de um lado e de outro aquele que trazia a questão da sexualidade para o centro dos debates. É interessante observar como Lydia da Cunha se coloca como uma ponte entre essas gerações de feministas e mais, como consegue se inserir no novo movimento, mesmo percebendo a diferença que assinalava seu eixo de lutas. Segundo a filha Dora, "*observava com complacência o que considerava ser um certo exagero, mas era capaz de entender isso*". Poderia ter cultivado o hábito do chá das cinco, com as amigas, para discutir os problemas do feminismo, como fazia até o fim dos anos 70 um grupo remanescente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, ou simplesmente exonerar-se da luta. Escolheu o caminho mais penoso: a participação ativa no novo grupo, as responsabilidades da gestão compartilhada no Colegiado do CMB, as sessões de estudo, pesquisa e análise implantadas estatutariamente. Assim, quando em 1979 a ONU chama para a Conferência pelo Ano Internacional da Criança, é Lydia da Cunha que nos representa. Deve ter sido prazeroso voltar a Moscou e participar de um evento da FIDM. Elabora e apresenta um extenso relatório sobre a situação das crianças brasileiras e participa de grupos de estudos preparatórios multinacionais. Dois anos depois, em 1981, comparece ao Congresso Mundial de Mulheres pela igualdade, independência nacional e paz, realizado em Praga, fechando assim a participação em eventos internacionais, mas mantendo a atuação no CMB até sua morte.

LYDIA DEIXA A CENA. UM LEGADO

O estudo da correspondência pessoal desde há muito é utilizado como subsídio para a elaboração de biografias de personalidades da vida pública. Como possibilidades de reinvenção do passado, pouca importância tem sido dada às cartas trocadas entre as pessoas comuns (Catelli, 1997), até porque, julgava-se, essas pessoas não faziam história. Na nova perspectiva histórica, fragmentos de experiência de vida são recolhidos aqui e ali a partir das mensagens contidas nos escritos pessoais, diários, cartas, anotações em livros ou álbuns, não para reconstituir o passado como "verdadeiramente foi" mas, adverte Santos (1997)⁴, para "*reinventar o passado de modo que ele assuma a capacidade de fulguração, irrupção e redenção*".

As cartas de Lydia para a filha Dora, o genro e as netas, que por períodos longos residiram longe da base territorial familiar, cumpriram o papel de manter integrada à família ampliada essa parte que estava afastada. Como em geral não eram íntimas, podiam ser trocadas entre os familiares acabando por estabelecer uma rede de informações. Suas cartas, carregadas de afeto e intimidade, são também

bastante politizadas. Exemplar é o cartão de Natal, que remetido para a filha Lígia, genro e netas, ao lado dos costumeiros augúrios de felicidades no Ano Novo e beijos para as meninas, leva também as expectativas de uma mulher que participa dos acontecimentos, quer opinar e intervir no mundo em que vive. Ligada aos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, comenta, em 1968: *"os jovens estão com a 'macaca', não sei o que está acontecendo mas acredito neles"*, e participa de uma rede de solidariedade aos presos políticos "recebendo encomendas e as encaminhando". Comentando o assassinato de Bob Kenedy ironiza: *"Caxias agora perde para os 'States'"* e, lamentando a morte da líder espanhola Dolores Ibarruri, em 1977, regozija-se porque *"ela ainda teve tempo de ver seu país livre."*

Cartas da década de 80 falam mais da cidadania internacional do que os documentos das organizações nacionais. Os do CMB, por exemplo, revelam, um profundo silêncio em relação à FIDM, entretanto, nas cartas trocadas entre Lydia e militantes de diversos países percebe-se um movimento que até pode ter perdido o vigor, mas inquestionavelmente está vivo.

Por quase três décadas, cruzando oceanos ou atravessando bairros em sua cidade mesmo, as cartas para Lydia vêm repletas de mensagens afetuosas, demonstram conhecimento sobre seus familiares e sobre suas condições de saúde. Não se trata pois de uma correspondência formal. Quer venham de Praga, Leningrado, Viena, Sofia, Salvador ou Florianópolis revelam uma intimidade que explicita a "doença do marido, detalhando o acompanhamento médico, o filho que quase morreu ou o próprio reumatismo". São diferentes mulheres que buscam o ombro amigo e a atenção solidária (há trocas mencionadas de fotos e pequenas lembranças, entre elas o nosso café, remessa de remédios difíceis de serem adquiridos em alguns países e outras delicadezas).

Como fonte histórica, a correspondência entre essas militantes de todos os tempos, desde a quase menina peruana (Miak, 25 anos) a Octávia (que lhe escreve de Genebra aos 86 anos), mostra como compartilham o ideal de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, como mantêm-se ligadas entre si e como procuram manter o elo com a FIDM. Como se alimentam reciprocamente de informações, afetividade e estímulo à luta. Em carta de 1983, de Moscou, Lydia é informada da publicação de um artigo seu, com impressões de viagem a Riga (1979) na revista "A Mulher Soviética" (6), de 1980, e, ainda, que um outro artigo sobre a Conferência de Praga será publicado no número 6 de 1983. Esmeralda, que lhe escreve regularmente, relembra que é da "equipe de 53" (1953), fala com saudade do Congresso de Copenhague e diz que "faria tudo outra vez se tivesse que escolher". Sucessivas cartas de Carmita (SP) reiteram a Lydia que "só você incentiva as mulheres a assumirem suas lutas" e pede que "se cuide, pois ainda precisamos fazer juntas muita coisa pela paz".

Lydia deixou-nos inesperadamente em primeiro de julho de 1987. No seu réquiem, um pequeno trecho da homenagem póstuma produzida pelo genro Marcos, dá idéia da enormidade da perda:

"(...) e teus netos, Lydia? Como vão saber das tuas peraltices, da tua coragem, dos atropelos de todo o tipo, das bordoadas nos comícios, nos bondes, no Largo da Carioca, dos cavalos da polícia querendo te pisar só porque lutavas pela liberdade? Como essas crianças vão saber de tuas incríveis histórias, pelo Brasil e pelos continentes, peregrinando no mundo como foste peregrina na família, sempre em busca de justiça, harmonia e paz?"

Notas

¹ Primeiro personagem da galeria infantil lobatiana, "Emília, a menina do narizinho arrebitado" nasceu em 1921, como sua admiradora. Lobato, acreditando na inteligência das crianças, inventou uma nova linguagem, coloquial, divertida e cheia de aventuras que encantou o público infantil que até então tivera que contentar-se com narrativas moralistas de inspiração européia. Coleção "O Globo 2000". nº 9. p. 200.

² Trechos do pequeno resumo autobiográfico encontrado no arquivo pessoal de Lydia da Cunha.

³ Edgard Luiz de BARROS. O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo: Contexto, 1990. p. 8

⁴ Boaventura de Souza SANTOS. A queda do angelus novus: fragmentos de uma nova teoria da história. In Novos Estudos CEBRAP (47). São Paulo, 1997. p. 116.

Fontes de referência

1. Fontes primárias manuscritas e impressas:

Arquivo pessoal de Lydia da Cunha contendo 38 pastas com cadernos e anotações de viagens, discursos e falas proferidos em reuniões e solenidades, grande quantidade de recortes de jornais e revistas, cartas pessoais recebidas procedentes de vários países do mundo por quase três décadas, Anais dos diversos Congressos de que participou.

2. Fontes iconográficas e orais:

Grande quantidade de fotos pessoais e de viagens

Entrevistas e depoimentos das filhas Dora, Lúcia, Lígia e Tânia, da irmãs Jorinda e Auzenda e de figuras representativas do movimento e período histórico abordado no trabalho: Maria Felisberta Trindade e Zuleika Alambert, colhidos entre abril de 2000 e junho de 2001.

UM SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Josefa Pureza (1924 - 1999)

Marlúcia Santos de Souza



Josefa, a terceira da esquerda para direita, participando em uma festa em Jardim Primavera em 1992

As memórias das lutas dos trabalhadores rurais da Baixada Fluminense, mais do que lembrar um tempo vivido por pessoas comuns empenhadas na luta pela sobrevivência e pela permanência na terra, revela a importância da participação das mulheres nos movimentos camponeses das décadas de 50 e 60 do século passado. Entre as que se destacaram no trabalho de organização camponesa e na luta pela reforma agrária, Josefa não poderia manter-se no esquecimento. Josefa Paulino da Silva, chamada carinhosamente de “Morena” por seu esposo, nasceu em 21 de agosto de 1924, em São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas. Filha de bóias-frias, ela transitava de um lugar para o outro acompanhando seus pais à procura de trabalho. Órfã muito cedo, ainda criança foi trabalhar numa casa de família, a princípio em Maceió, depois em Recife, sem jamais receber salários, ter horários de descanso, direito a férias ou a frequentar escolas.

No início, quando eu estava em Maceió que a patroa até morava na praia, tudo bem... Eu fazia um servicinho leve, tirar chuchu, varrer o quintal....Depois que fomos para o Recife é que eu fui ver a porca torcer o rabo. Era escravidão. Eu tinha dez anos e o serviço sobrou direto. Eu cuidava dos dois filhos, fazia café, botava a mesa, arrumava a casa, encerava e passava o escovão de ferro. Às vezes tomava conta do jardim, da hortinha e das galinhas. Começava às 5:30 da manhã e só parava às 8:00 da noite. Bem, pelo serviço, eu não achava nada não, o que era demais eram os carões, as surras, os fuxicos das crianças que me acusavam de tudo... O pior que eu tinha desgosto era que eu queria aprender a ler e não podia ir à escola, ela nunca me botou. Dizia que a mulher quando sabe ler é pra escrever carta pro namorado. Agora veja, as filhas dela tavam na escola e com certeza não ia namorar, só eu né?

As memórias da infância e da adolescência de Josefa estão carregadas de dor, de rejeição e de maus tratos. São memórias magoadas, machucadas, revoltadas como dizia ela. Mesmo assim, aprendeu a ler, escrever e a fazer contas sem ajuda de ninguém.

Eu achava lindo uma pessoa abrir o livro, ler e decorar. Um perguntava e o outro respondia. Eu decorei o que as crianças liam de gramática. O que é ditongo, tritongo... Hoje eu não sei mais nada porque hoje a minha luta virou pro outro lado. Fui aprender com o povo.

Iniciou-se na leitura observando as crianças às escondidas. Posteriormente seu patrão lhe cobrava as lições da cartilha que lhe fora imposta. "Escreveu não leu pau comeu", como dizia na época. Era visível o orgulho de Josefa por ter aprendido a ler apesar do sofrimento que o processo lhe havia causado. Era a possibilidade de ser de outra forma, de visitar outro mundo diferente daquele vivido no cotidiano: "Como era bom sonhar com as fadas", dizia ela.

Aos 16 anos foi morar em Maceió, onde trabalhava na loja de secos e molhados pertencente à sua madrinha. Anos depois, conheceu José Pureza, um operário da construção civil, viúvo, com dois filhos menores, e se casaram em 1942. *Casei só no civil, o José não fazia questão de casar no padre. Eu fiquei sem casar do jeito que eu queria, casei no tal de comum, só no civil.*

Como a maioria das moças de seu tempo, Josefa sonhava com um casamento festivo, com o vestido de noiva, com o véu, a grinalda, o bolo, os presentes. Pureza desejava seguir para o Rio de e não possuía recursos para os festejos. Logo, o casamento foi no tal comum, como dizia ela.

A vida não foi nada fácil no Rio. Quase um mês depois da chegada, Pureza arrumou uma casa de dois cômodos em Cordovil, numa vila operária, sem água, sem tanque. Os móveis e utensílios da casa foram comprados de segunda mão ou doados por uma rede de solidariedade que lhes garantia muitas vezes a sobrevivência. De Cordovil foram para Brás de Pina e, finalmente, para a favela do Grotão, na Penha, onde não pagavam aluguel. A favela ainda vivia naquele momento seu processo de formação, o que facilitou o acesso a um pequeno pedaço de chão no morro.

Durante este período de permanência no Rio de Janeiro, Josefa teve dois filhos, que nasceram com a saúde debilitada por conta das dificuldades sofridas por ela na gestação. Ela se alimentava muito pouco, já que o enjôo permanente a incomodava durante os nove meses. Não tinha acesso a médicos, não conhecia as pessoas, nem a cidade, e não tinha com quem deixar os enteados. Josefa lutou e conseguiu manter os filhos vivos apesar da descrença de quase todos. O temor de uma nova gravidez levou-a a lavar e passar roupa para pagar as injeções mensais que impedissem uma nova concepção. José Pureza por sua vez trabalhava como pedreiro. Sua preocupação central era levar comida para casa.

José não podia trabalhar mais nas obras. Ele sentia tonteiças, não podia mais trabalhar nisso. Ele aprendeu solda elétrica com o irmão dele e foi trabalhar em uma siderúrgica. Entrou para o Sindicato dos

Metalúrgicos e atuava no Partido Comunista. Eu não sei se ele já era antes do partido. Eu me lembro dele falar no partido a partir de 1945. Aí teve uma encrenca com o governo. Naquela época o sindicato era ligado ao governo. Eu não sei bem, naquela época eu não conversava com ele, não havia diálogo. Eu lavava, fazia uma coisa e outra, ele era envolvido nas brigas de galo. Depois da confusão no sindicato ele não conseguia emprego e, em 1948, ele foi para Xerém, alguém disse pra ele que lá tinha terra. Ele dizia que na cidade os trabalhadores estavam mais organizados e era preciso organizar o trabalhador rural. O jornal do partido chamava para organizar o campo.

Enquanto José se instalava em Xerém, mesmo contrariando o marido, Josefa trabalhava na Confecção Rio de Janeiro para manter os filhos. Dez meses depois, com a falência da firma, Josefa seguiu para Xerém e juntou-se ao marido. Ao ouvirmos as narrativas de Josefa podemos perceber a condição feminina em seu tempo e, mais do que isso, as condições de vida dos bóias-frias. Evidentemente que havia muitas Josefas pelo Brasil. Mulheres que enfrentaram, de um lado, as precárias condições vividas, devido ao lugar que ocupavam na economia, e de outro, a discriminação por serem mulheres numa sociedade ainda dos homens. As condições impostas a Josefa a fizeram sair do lugar de subalternização em diferentes momentos. O retorno à vida camponesa apontou-lhe novos desafios. Na reportagem de 11 de maio de 1954, o jornal Luta Democrática apresentou Xerém como um dos lugarejos que compunham o terceiro Distrito¹, portanto, uma área periférica do centro de Caxias, onde as condições de vida eram ainda mais precárias que as do centro. O tom bucólico e as matas ainda preservadas eram o que tinha de magnífico no lugar. Segundo a Luta, em Xerém havia cinco mil habitantes residentes. Só da FNM² eram mais de duas mil pessoas. Possuía ainda pequenas indústrias de concreto armado, óleo e anilina, 4 olarias, inúmeras fazendas e um pequeno comércio em torno da Estação de Ferro Rio D'ouro e da Praça João Pinto. A energia elétrica era restrita aos dois estabelecimentos do governo: a FNM e a represa de João Pinto. O comércio local e as residências eram iluminados a lâmpião.

A possibilidade de acesso à terra e ao trabalho atraiu também camponeses sem terra de Minas Gerais, do Espírito Santo, do interior do Estado do Rio e até do espaço urbano carioca, como foi o caso de José Pureza. A partir das orientações do PCB e por conta do desemprego, decidiu alojar-se em Xerém e tornar-se camponês. O próprio José Pureza dizia que nada sabia de plantio, tendo que aprender a ser um lavrador. Passou a viver nas matas de Xerém, roubando aipim para matar a fome. A convivência com outros camponeses lhe garantiu uma rede de proteção, o que lhe deu acesso a uma pequena extensão de terras. Na propriedade ocupada construiu sua cabana, aprendeu a plantar e a caçar³.

Entretanto, a difícil tarefa de lavrar a terra sem financiamento, sem instrumentos de trabalho adequados e ainda enfrentando conflitos pela manutenção da posse de terras tornavam a condição do camponês penosa. Eram várias as situações de conflitos vivenciadas pelos lavradores em Caxias.

Quando a venda de áreas ocupadas e lavradas pelo camponês resultava na exigência de desocupação da terra, o novo proprietário se utilizava da polícia e da justiça para expulsar o lavrador. O conflito também era comum quando uma área grilada era cedida para o lavrador, a partir da exigência de pagamento de arrendamento, e o grileiro decidia repassá-la, após o seu beneficiamento e valorização, ou, simplesmente, quando ele se apropriava da produção e expulsava o camponês. Os despejos também ocorriam quando o lavrador ficava impossibilitado de efetuar o pagamento exigido pelo arrendamento e o grileiro o despejava, quando o grileiro “vendia” a posse para o lavrador e este não conseguia pagar as cotas devidas e era expulso. Ou quando um grileiro era desbancado por outro grileiro e este resolvia expulsar os lavradores que ocupavam a área, desmontando assim os acordos feitos anteriormente. A resistência camponesa era mais comum quando o lavrador arrendava uma terra e estabelecia uma parceria com outros lavradores, configurando uma posse coletiva, ou quando terras públicas arrendadas ou ocupadas por camponeses tornavam-se áreas de conflito mediante a solicitação de reintegração de posse. Ou ainda pela ação direta do Exército nos casos de ocupação. As estratégias de proprietários e grileiros para desocupar a área eram a ação judicial (reintegração de posse e ordem de despejo); invasão das terras camponesas com o auxílio da polícia, do exército ou de homens armados e pagos; roubo e/ou destruição da plantação e da criação; incêndio de cabanas; tocaias, assassinatos e prisões de lavradores. Por sua vez, a necessidade de defender a posse da terra e de evitar os despejos fez com que os lavradores organizassem uma associação. Em fins dos anos 40, os camponeses de Xerém criaram a primeira organização camponesa fluminense.

A presença de lideranças comunistas e a assessoria jurídica fornecida pelos advogados ligados ao PCB foram decisivas para a organização camponesa e para a composição legal da associação. José Pureza participou, em 1949, da formação da Comissão de Lavradores, que tinha como objetivos defender os interesses dos camponeses e protegê-los da ação dos grileiros e das ameaças de despejo. Em 1952, foi criada a Associação dos Lavradores Fluminenses, tornando-se uma instituição legal.⁴ No interior da associação existiam várias comissões de trabalho como a de finanças, de mulheres etc.

Durante este período os conflitos entre os camponeses e os grileiros tornaram-se violentos. Obrigados a fugir das tocaias e a se armar, os lavradores eram, ainda assim, constantemente presos nos momentos de conflitos. A mobilização

foi se alastrando para outros municípios, como Nova Iguaçu, Magé, Imbé, Itaguaí, Itaboraí, Macacu e São João da Barra. Novos núcleos da Associação de Lavradores foram criados e, em 1959, na I Conferência Estadual dos Lavradores, foi fundada a Federação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ). Segundo Pureza, a luta pela desapropriação das áreas em conflito foi a principal bandeira de resistência tirada na conferência.⁵

A organização da federação favoreceu a rede de solidariedade entre as associações e as áreas em conflito, bem como o acesso à assessoria jurídica e aos órgãos públicos envolvidos com a questão agrária. O crescimento do movimento na região fluminense deu maior visibilidade à luta camponesa, que passou a ser manchete dos principais jornais do período. A articulação a nível nacional oportunizou ao movimento camponês fluminense uma maior compreensão da condição dos trabalhadores do campo e das múltiplas experiências de luta pela terra. A crescente politização da estrutura agrária e os investimentos do PCB na formação de sua militância, envolvendo-os nos debates políticos a nível nacional e internacional, definiram o caráter combativo do movimento.

Josefa jamais escondeu o orgulho de ter participado da campanha “O Petróleo é Nosso”, embora inicialmente não tivesse clareza acerca do movimento. A participação no movimento camponês, na luta contra a sonegação e pelo controle dos preços dos alimentos, no Movimento da Legalidade, nos cursos de formação política e nas campanhas eleitorais mudou sua concepção de mundo e sua forma de se relacionar com o marido. Ela dizia que aprendeu a falar, a ler o mundo de outra forma. A experiência vivida no movimento camponês e a formação política fornecida pelo partido transformaram José e Josefa em organizadores da resistência camponesa. Enquanto José atuava na frente das associações e federação, Josefa contribuía para a organização das trabalhadoras rurais.

Em 1946, um grupo de mulheres formado por intelectuais e trabalhadoras reuniu-se para retomar a organização feminina, desmantelada durante o período da ditadura do Estado Novo, e fundou a Associação Feminina Fluminense – AFF, com sede em Niterói. Segundo Elza Dely Veloso Macedo, em sua obra “Ordem na Casa e Vamos à Luta”, a AFF tinha como objetivos: fomentar a criação de núcleos, coordenar as atividades conjuntas, assessorar os núcleos existentes e aproximar a AFF dos departamentos femininos dos sindicatos em torno das demandas femininas. A AFF conseguiu articular núcleos no centro de Caxias, em Xerém, em Magé, em Campos, na Guanabara, etc. Esses núcleos receberam várias denominações: Comitê Feminino, Ligas Femininas e União Feminina. Além das demandas unificadoras, cada núcleo se articulava a partir das demandas de sua organização de classe ou por demandas locais, como bica d’água, escola

para o bairro, calçamento de rua, limpeza de uma vala, assistência médica, luz etc. A carestia foi uma das demandas que mais mobilizou os núcleos femininos no Brasil inteiro⁶.

Em 1947, no I Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres-FDIM, realizado em Paris, as federações nacionais afirmaram o compromisso com a luta pela igualdade entre homens e mulheres, pela abolição das discriminações, pelo desarmamento e pelo combate ao imperialismo. Ainda em 1947 foi decretada a Lei de Segurança Nacional e com ela a cassação do PCB. No ano seguinte, os mandatos foram também cassados e muitos sindicatos sofreram intervenção. As passeatas pela democratização, pela defesa do petróleo e contra a carestia se intensificaram. Inúmeras prisões foram efetuadas, várias mulheres foram mortas nos confrontos com a polícia. Apesar disso, o movimento de mulheres expandiu-se e, em 1948, quatro delegadas brasileiras participaram do II Congresso do FDIM, na Hungria. No ano seguinte, a Federação de Mulheres do Brasil ganhou estatuto jurídico⁷.

Nos anos de 1950 e 52, delegações femininas se fizeram presente nos congressos internacionais em defesa da paz e, em 1953, no Congresso Mundial de Mulheres, em Copenhague. Após o congresso, um grupo latino foi convidado pelo Comitê Antifascista de Mulheres Soviéticas a conhecer a URSS. Tendo iniciado sua trajetória nas discussões femininas a partir da interferência partidária e da organização das trabalhadoras rurais, Josefa também viveu a experiência de participação em congressos nacionais e internacionais. Foi uma das articuladoras do núcleo localizado em Xerém, que era inicialmente uma comissão de mulheres da AFF. Josefa participava de reuniões em Niterói e atuava na área rural.

Era de significativa importância o papel da camponesa na luta diária em Xerém. Elas preparavam o alimento, cuidavam das crianças, organizavam os almoços e festas com fins de arrecadação de finanças, participavam junto com as crianças dos acampamentos e das ocupações. Nos momentos de conflitos, pegavam suas espingardas para defender a posse da terra. Quando os maridos eram presos, a estratégia da comissão de mulheres para libertar os lavradores era a de fazer pressão na delegacia. Após cada prisão, elas pegavam o trem na Estrada de Ferro Rio D'ouro, soltavam no Lote XV e de lá seguiam para a delegacia de Caxias. Acampavam na porta até seus maridos serem soltos ou mediante a promessa da Polícia de libertá-los naquele mesmo dia. Segundo Josefa, houve situações em que elas permaneceram durante dias na porta da delegacia, sem água e comida até que seus companheiros fossem libertados.

Na medida em que o trabalho da comissão estava articulado com a Associação Feminina Fluminense, as lideranças das trabalhadoras rurais de Xerém entraram em contato com as experiências femininas de diferentes lugares, com os

congressos regionais, nacionais e internacionais, sobretudo, com as demandas unificadoras dos movimentos de mulheres. Josefa foi escolhida como delegada, representando as trabalhadoras rurais no Congresso de Mulheres, em 1953, em São Paulo, e no I Congresso Latino-Americano de Mulheres, em 1954, no Rio de Janeiro.

A militância de Josefa, o contato com comunistas por conta da filiação do marido e o incentivo dele para que ela ingressasse ao PCB foram determinantes para a sua decisão. Pureza lhe dizia que ela já fazia o trabalho do partido, portanto a filiação seria apenas a legalização de algo já existente.

A experiência nos congressos, a formação e as orientações partidárias levaram Josefa a intensificar a sua atuação na organização e formação das mulheres. Para isso, contava com a presença de Lydia Cunha (FMB e da União Feminina de Duque de Caxias), de Maria Felisberta Baptista Trindade (AFF), de Vita Campos (assessora do PCB), entre outras. As discussões giravam em torno da experiência do socialismo russo; da luta pela paz; do movimento contra a guerra da Coreia e contra a bomba atômica; da luta pelos direitos femininos e as comemorações do 8 de março; da luta pela reforma agrária, contra a carestia e pela saúde da mulher; da necessidade da organização das mulheres do campo etc.

A partir de 1953, novas associações de lavradoras foram surgindo. Entre elas estava a Comissão de Mulheres de Piranema, a do Km 41, a Associação Feminina de Barro Branco e a de Papa Folha, todas filiadas à AFF. Em 1956, uma delegação de trabalhadoras rurais participou do congresso estadual e, logo depois, do nacional, ambos realizados no Rio de Janeiro. No Congresso Nacional, Josefa foi escolhida para representar as camponesas no Congresso Mundial de Mulheres, que se realizaria na Hungria, e também esteve em Moscou.

Durante os relatos de suas memórias das viagens, Josefa expressou emoção, tristeza e lágrimas. A lembrança da condição das trabalhadoras rurais em Caxias provocava sempre um silêncio sofrido e longo. Ao chegar em Moscou, a delegação feminina foi recebida com uma mesa farta. Josefa pensava nos seus, que nunca experimentaram tanta fartura. Via as camponesas russas fortes e saudáveis, utilizando tratores em seu trabalho, enquanto as trabalhadoras rurais fluminenses preparavam e cavavam a terra para o plantio com as mãos e com um pedaço de pau. A viagem afirmou a sua convicção no socialismo e no PCB.

Sua experiência no movimento, e principalmente no PCB, assegurou-lhe o acesso a uma formação política e ao exercício contínuo e disciplinado dos registros de prestação de conta da sua militância aos companheiros. Estudar, planejar e registrar tornou-se uma prática na vida de Josefa até os últimos dias de sua vida.

Em 1964, com o início da ditadura militar, o exército ocupou a FNM, acampou na área rural. Fugas, prisões e desorganização da produção faziam parte do novo cenário. Os trilhos foram arrancados, evitando assim o escoamento da produção e a articulação camponesa. Josefa e Pureza foram obrigados a fugir de Xerém. José foi para Maceió de carona em um caminhão, enquanto Josefa esperava as coisas se acalmarem um pouco para vender o sítio e, posteriormente, encontrar-se com Pureza.

E começaram tudo de novo. Vendiam bananas, ela costurava pra fora e ele pescava. As coisas estavam cada vez mais difíceis e José, depois de entrar em contato com pessoas do partido, conseguiu a sua transferência para o Recife em 1969. Em 1972, eles participaram da campanha oposicionista do MDB.

"Aí que a gente começou a fazer o trabalho de campo, descobrir quem a gente podia ganhar pro partido e pra saber da situação dos trabalhadores rurais, dos cortadores de cana. Começamos a procurar conhecimento nos sindicatos. Eu sei que era um trabalho muito árduo. Eu ia junto com ele porque lá tinha um negócio de homem não entrar em casa que a mulher está sozinha. E aí a gente ficou conhecendo muitas usinas, entrava em contato com as direções sindicais. Em 1973, nós fomos presos. Eles prenderam a gente como comunistas. Eles bateram muito no José e nós ficamos 27 dias incomunicáveis. Eu sofri muito com os interrogatórios, com os socos e as situações que me envergonhavam, como tirar a roupa para nos surrar melhor. Depois de 32 dias me soltaram, já o José permaneceu preso. Enquanto ele estava preso eu recebia uma ajuda do partido".

Após quase dois anos de prisão os presos políticos ameaçaram uma greve de fome e Pureza aconselhou Josefa a retornar para o Rio de Janeiro. Temia represálias para as famílias dos grevistas e Josefa retornou para o Rio. Após a sua libertação, Pureza foi ao encontro da esposa, passaram a residir em São Gonçalo, e o movimento os ajudou a comprar um sítio em Niterói.

Josefa dizia que os últimos anos passados com o velho no sítio, no Sapé, foram os melhores de sua vida. Os filhos já criados, José aposentado, e a vida finalmente mais calma. E mesmo assim, como ela gostava de dizer, continuaram sempre "participando de alguma coisinha". Carregada de lembranças, sonhava ainda com o dia em que a reforma agrária no Brasil deixasse de ser só desejo, virasse viveiro de tempos melhores para os trabalhadores rurais. Josefa morreu no final de 1999, aos 75 anos ainda cantando: "Ergamos nossas cabeças, a luta não é temporária" e nada combinava mais com a sua prática do que o seu dizer e o seu cantar.

Notas

¹ O terceiro Distrito era formado pelo atual terceiro e quarto Distritos, ou seja, Xerém e Imbariê.

² A FNM foi instalada em Xerém durante o Estado Novo. A fábrica foi construída pelo Estado mediante financiamento do capital norte-americano. Inicialmente foi estruturada para produzir motores de avião para a guerra. No pós-guerra a fábrica foi transformada em uma indústria automobilística, produzindo tratores, carros e caminhões. As terras de Xerém, no período da construção da fábrica foram transformadas em terras públicas. Uma parte dessas terras foi arrendada a lavradores com vista a produção de alimentos para abastecer a fábrica e as vilas operárias. Para ver mais acerca da FNM: RAMALHO, José Ricardo. Estado Patrão e Luta Operária. O Caso FNM RJ: Paz e Terra, 1989.

³ PUREZA, José. Memória Camponesa RJ: Marco Zero, 1982: 17-22.

⁴ GRYNSPAN, Mário. Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1960). RJ: Dissertação de mestrado pelo Museu Nacional, 1987.

⁵ PUREZA, José. Memória Camponesa RJ: Marco Zero, 1982: 17-22.

⁶ MACEDO, Elza Dely Veloso. Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia Cunha – Uma Militante RJ: Tese de Doutorado em História do Departamento de História da UFF, 2001: 117-148.

⁷ MACEDO, 2001: 144-187.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira de (coord.). **Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro Pós-30**. Edição revista e atualizada. RJ: FGV; CPDOC, 2001.

CARVALHO, Iracema Baronide. **Laranjas Brasileiras**. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999.

GAIGER, Pedro Pichas. **Loteamento na Baixada da Guanabara**. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, 5. 1978.

GHELLER, Elza Maria (org.). **Josefa, a Resistência de uma Camponesa Brasileira**. SP: Paulinas, 1996.

GRYNSPAN, Mário. **Lavradores e Grileiros na Luta Democrática**. RJ: Monografia do Museu Nacional, 1982.

_____. **Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950/64)**. RJ: Dissertação de Mestrado pelo Museu Nacional, 1987.

Jornal Luta Democrática, 11 de maio de 1954.

LIMA, Ulisses M. **Luta Armada na Baixada Fluminense** –1961. RJ: Edição do autor, 1985.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro 1945-1964**. Lydia Cunha – Uma Militante. RJ: Tese de Doutorado em História do Departamento de História da UFF, 2001.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja**. História Econômica de Nova Iguaçu. RJ: FGV/SEE-RJ, 1977.

PUREZA, José. **Memória Camponesa**. RJ: Marco Zero, 1982: 17-22.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado Patrão e Luta Operária. O Caso FNM**. RJ: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Marlúcia Santos. **Escavando o Passado da Cidade. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História pela UFF, 2002.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da Laranja ao Lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu**. RJ: PPGAS/UFRJ, 1992.

AS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Lourdes Batista (1928 - 2002) Terezinha Lopes (1928)

Azuleicka S. Rodrigues (1933) Maria José de Souza (1936)

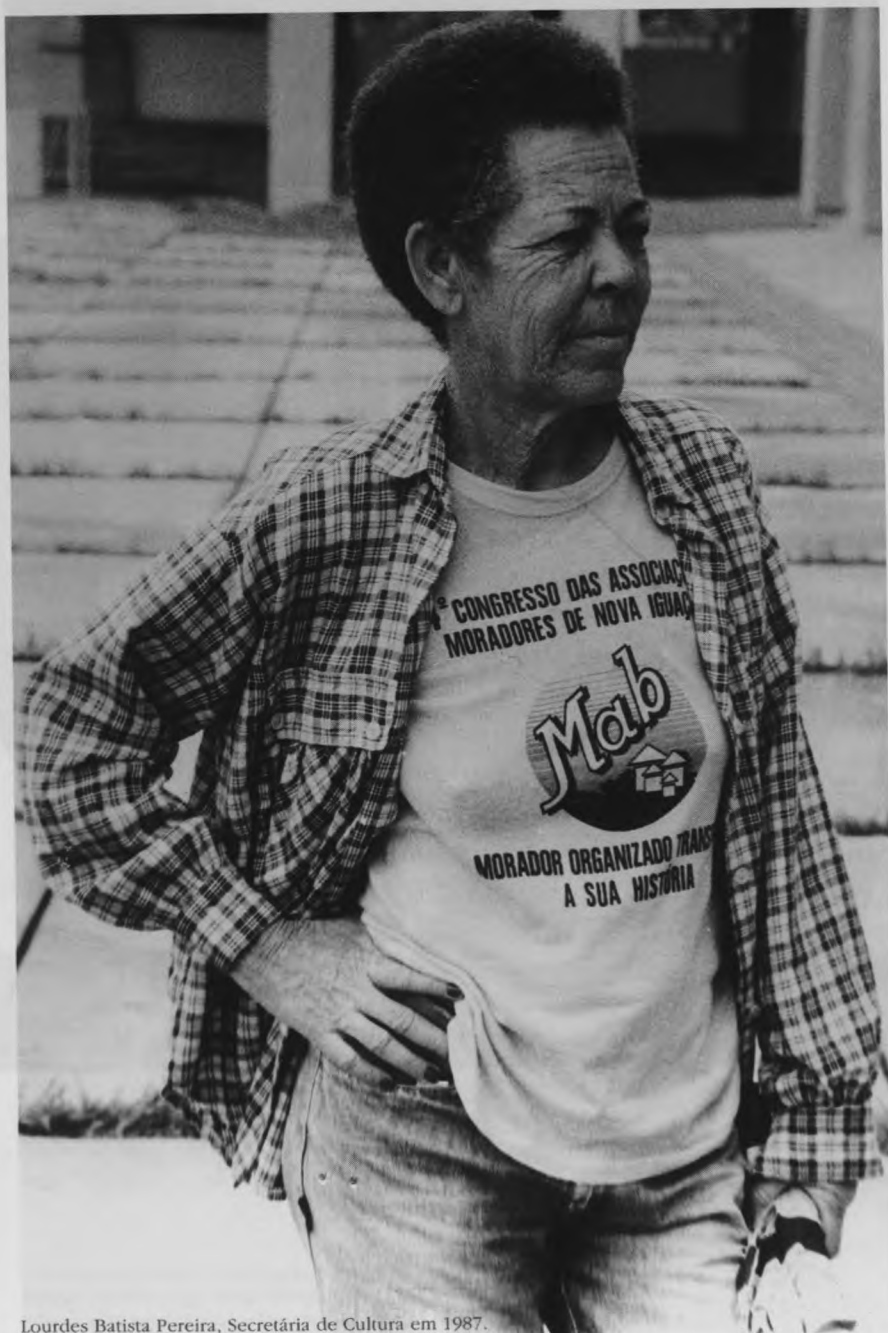
Marília Figueiredo Jorge



4º Congresso do MAB (Federação das Associações dos Moradores de Nova Iguaçu) em 1987
Instituto de Educação Rangel Pestana, Nova Iguaçu
Presença de Azuleika, Lourdes e Maria José

Em breves perfis, aqui relatamos o percurso de quatro extraordinárias guerreiras que, sempre voltadas para as lutas por melhores condições de vida e pela extinção das graves lesões sociais de seus bairros e cidades, construíram as bases da organização de incontáveis grupos de ação comunitária e de formação de uma consciência crítica dos deveres e direitos da cidadania.

Nova Iguaçu e a Baixada muito devem à enorme contribuição de cada uma delas. Fiéis à sua natureza e a seu destino profundo, doaram à comunidade aquilo que tinham de melhor de si mesmas, à frente dos movimentos que resultaram na fundação de tantas associações que vieram a presidir. Realistas, concretas e positivas, Lourdes Batista, Terezinha Lopes, Azuleika S. Rodrigues e Maria José de Souza fizeram da supremacia da ética uma norma de vida, erguendo o vulto e a voz da mulher da Baixada.



Lourdes Batista Pereira, Secretária de Cultura em 1987.

LOURDES BATISTA

Lourdes Batista nasceu em Guarani, Minas Gerais, em 1928, transferindo-se em 1940 para o Rio de Janeiro, onde viveu até 1950, ano em que foi morar em Nova Iguaçu. Ali, no bairro do Carmari, construiria sua casa, constituiria sua família e escreveria uma longa e bela história de lutas e generosidade.

Como a maioria dos bairros de Nova Iguaçu, Carmari oferecia então a seus moradores as mais lamentáveis condições de vida. Sem saneamento básico, escolas públicas, posto médico, calçamento nas ruas e tantas outras necessidades, os moradores enfrentavam uma outra aberração: as tarifas dos ônibus do município eram as segundas mais caras do país.

Decididos a dar um fim a esses tormentos, a partir de 1978 os habitantes de Carmari começaram a se reunir e a esboçar o roteiro das ações necessárias. Ali se ouvia pela primeira vez a fala firme, sincera e lúcida de Lourdes Batista. Juntamente com moradores de outros bairros com os mesmos problemas, fundaram as primeiras associações de bairros de Nova Iguaçu e implantaram a organização social, com atuação nos bairros, no município e no Estado.

Eleita, em 1980, vice-presidente da Associação de Moradores de Carmari, Lourdes, no ano seguinte, representando a Associação, participou do congresso de fundação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ). Em seguida, com a mesma intensidade, participou do congresso de fundação da Federação das Associações dos Moradores de Nova Iguaçu (MAB), da fundação da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

Em Nova Iguaçu, Lourdes Batista esteve sempre à frente das lutas por saneamento básico, coleta de lixo, fim da taxa de iluminação pública e da taxa escolar, pelo passe livre para estudantes e pela construção de um hospital público. E não poderia faltar em seu exemplar currículo de cidadã o mais entusiasmado empenho nas inesquecíveis campanhas pela anistia e pelo voto direto.

Como vice-presidente na Associação dos Moradores do bairro do Carmari, atuou na fundação de um mini-posto de saúde e de uma creche comunitária, além da construção da sede própria da Associação. Com parte da sede concluída, ali passou a funcionar a escola que ganhou o nome de Centro de Atividade Infantil Lourdes Batista.

Em 1966, concretizou-se o grande sonho da incansável lutadora, com a inauguração da creche Centro Comunitário e Educacional Infantil Lourdes Batista (em justíssimo reconhecimento), que hoje atende a dezenas de crianças entre oito meses e seis anos.



Lourdes no natal da creche com as crianças em 2001

Sempre atuante, Lourdes conseguiu pela Caritas Diocesana em convênio com a prefeitura um mini-posto de saúde, que funcionou na sede da Associação entre 1986 e 1988, foi representante do MAB na FAMERJ e no CONAM, foi Secretária de Cultura do MAB e participou de várias outras gestões da Federação Municipal. Fez parte da equipe do Centro de Estudos e Ação comunitária (CEAC), colaborando na organização das Associações de Moradores e no trabalho com mulheres e pré-escolas assistidas pelo CEAC, de 1982 a 1955. Foi membro do Conselho Comunitário de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, tendo sido eleita pela última vez presidente da Associação de Carmari, em dezembro de 2001. Faleceu em novembro de 2002, legando a Nova Iguaçu e à Baixada Fluminense uma extraordinária lição de altruísmo e cidadania.

TEREZINHA LOPES

Nascida em Magé, em 2 de outubro de 1928, Therezinha Lopes mudou-se para o Rio de Janeiro ainda criança, ali vivendo até 1956, quando, já casada, voltou para a Baixada, passando a morar no bairro Jardim Gláucia, no município de Nova Iguaçu. A militância de Therezinha antecede o período de maior visibilidade e emergência dos chamados movimentos sociais urbanos, iniciando-se no final dos anos 70, no Conselho Comunitário do Jardim Gláucia, que atuou entre 1972 e 1978. Com a experiência de sua intensa e solitária luta anterior pela criação de uma escola pública no bairro, Therezinha teve papel fundamental na criação do Conselho, tornando-se sua principal liderança.

Esta escola surgiu na própria residência de Therezinha, ocupando uma sala e funcionando com quatro turnos diários e, num determinado período, com turnos para os pais de alunos. A própria criação da escola mostra a capacidade de mobilização de Therezinha, envolvendo comerciantes locais e pais de alunos para a manutenção dos cursos. Como a sala de sua casa era pequena e inadequada, Therezinha tentou, pelas vias institucionais, a construção de uma escola pública para o bairro. Conseguiu apenas a liberação de um terreno da prefeitura e passou a mobilizar a comunidade, com ampla discussão e participação dos moradores. Planejando conjuntamente as atividades da obra e mantendo um rigoroso controle das despesas, conseguiram erguer a escola, mais tarde absorvida pelo Movimento Popular de Alfabetização (MPA).

O carisma construído em torno de Therezinha Lopes constitui-se numa referência da história de seu bairro, demarcando e configurando o espírito e a consciência de sua época em sua relação com a comunidade. Filha de uma tecelã e de um operário que teve participação significativa nas greves e levantes do início do século, Therezinha soube dar seu próprio tom às ações mobilizadoras de seu tempo. Era uma mulher que já nos anos 50 tinha sua trajetória feminista, tendo vivenciado, junto ao marido, um operário metalúrgico e militante do PCB, o tempo da crítica ao stalinismo. Ambos tinham hábitos e posturas de destaque para a vida local. Ele, apaixonado por música clássica, com refinado gosto por leituras e sólidos conhecimentos de Astronomia, e ela, autora de histórias infantis, admiradora dos livros de Jorge Amado e Simone de Beauvoir e das músicas de Violeta Parra, Geraldo Vandré e Taiguara, tinham princípios de vanguarda para a época, e eram pessoas que conectavam o lugar com o mundo.

Tendo participado do movimento de associação do bairro, Therezinha, junto com outras lideranças, integrou o conselho pró-federação e, em dezembro de 1981, organizou e participou do II Congresso das Associações, no qual ajudou a fundar a Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB). Eleita presidente, sua gestão marcou a presença das mulheres na relação com o poder público. Esteve à frente de todas as lutas e campanhas, como a do passe livre para estudantes, a do saneamento básico, do fim da taxa de iluminação pública, da coleta de lixo e do transporte coletivo mais barato, dirigindo também discussões para a questão da mulher, violência doméstica e dupla jornada de trabalho, entre outras.

Permanentemente dedicada aos interesses coletivos, participou da fundação da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ) e da Confederação Nacional dos Moradores (CONAM), tendo sido ainda conselheira do MAB, da FAMERJ e dos Conselhos de Saúde e de Educação de Nova Iguaçu. Vitimada pelo Mal de Alzheimer, Therezinha mudou-se para São Paulo, onde permanece internada numa clínica, em estado terminal. Mas a luz de suas realizações jamais se apagará de Nova Iguaçu.

AZULEICKA SAMPAIO RODRIGUES



Azuleicka recebendo o diploma de operária padrão do Estado do Rio de Janeiro em 1970

Azuleicka Sampaio Rodrigues nasceu em 8 de setembro de 1933, em Recreio, Minas Gerais. Aos 13 anos foi morar no Rio de Janeiro, iniciando ali sua vida de trabalho e lutas. Em 1970, trabalhando na Indústria e Comércio de Tecidos FAENZA/AS teve seu currículo avaliado junto a outros trezentos concorrentes, sendo escolhida Operária Padrão do antigo Estado da Guanabara. Em 1974 mudou-se para a Baixada Fluminense, onde foi morar no bairro Vila Entre Rios, na época município de Nova Iguaçu.

De sólida formação católica e humanística, Azuleicka nunca se satisfaz em ser apenas uma impecável dona de casa e mãe de família. Dona de espírito inquieto e empreendedor, procurou sempre atuar na área social de sua comunidade, ampliando seus horizontes de cidadã. Em 1976, participando de um curso sobre saúde na paróquia de seu bairro, conheceu lideranças de outras comunidades e, juntos, formaram um grupo para discutir os problemas do município, como saneamento básico, educação, saúde e transportes, entre outros. Deram a esse grupo o nome de Coordenação Pró-Federação, embrião da futura Federação das Associações dos Moradores de Nova Iguaçu (MAB). Em 1978, participou da organização do primeiro debate "Nova Iguaçu, Município Problema", que reuniu cerca de três mil participantes e originou um forte movimento comunitário.

Sempre à frente das campanhas e lutas da comunidade, em 1979 Azuleicka foi convidada a compor a primeira Comissão Diocesana de Justiça e Paz, visitando e debatendo em vários municípios do Estado, e trabalhando febrilmente na organização e acompanhamento dos movimentos e conflitos de ocupação de terras. A partir de 1980, o movimento cresceu de maneira significativa. Beneficiadas pela conjuntura do país, que favorecia essas organizações, várias outras associações surgiram nos bairros de Nova Iguaçu. Juntamente com outras lideranças, Azuleicka visitava os bairros e prestava assessoria para a organização e legalização das associações. Em dezembro de 1981, por ocasião do segundo Congresso, ajudou a fundar a Federação das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB), tendo sido eleita presidente em duas gestões seguidas, de 1981 a 1985, e depois diretora em outras ocasiões.

Trabalhou ainda com Dom Adriano Hipólito, de 1978 até o falecimento do bispo de Nova Iguaçu, em 1995. Hoje aposentada, Azuleicka continua morando no bairro de Vila Entre Rios, agora município de Belford Roxo. Cercada de antigos amigos e companheiros de lutas que a consideram a criatura mais humana, generosa e forte que já conheceram, Azuleicka participa ativamente de um grupo de leituras, estudos e análises de conjuntura.



Azuleicka falando à imprensa na inauguração do Centro de Direitos Humanos em Nova Iguaçu 1993

MARIA JOSÉ DE SOUZA



Maria José, no cargo de assessora do secretário, na Secretaria do Trabalho da Prefeitura de Nova Iguaçu.

Nascida em Mimoso do Sul (Espírito Santo), em 1938, Maria José mudou-se em 1954 para o Morro do Coroa, no Rio de Janeiro. Ali iniciou, em 1957, seu extraordinário trabalho visando o bem comum, com a criação de Grupos de Evangelização Católica Operária, que reunia mulheres para a discussão dos problemas da favela, trabalho que se estendeu por diversas comunidades do Rio de Janeiro. Em 1958, participou da criação e da primeira diretoria da Associação de Moradores do Morro da Coroa. Criada para reivindicar melhorias para a favela, a Associação desenvolveu cursos profissionalizantes e palestras sobre a problemática das mulheres, proporcionando-lhes formas de se libertarem da dependência dos maridos, através do acesso ao mercado de trabalho e da autonomia financeira. Em 1960, participou da fundação da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).

Em 1968, mudou-se para o bairro Jardim Guandu, na área da periferia de Nova Iguaçu. Lá, encontrou terra, capim e desolação. O mesmo cenário dos bairros vizinhos, que começavam a receber grandes contingentes de habitantes de favelas que estavam sendo demolidas. Além disso, migrantes de outras regiões se estabeleciam em qualquer lugar, sob as piores condições de vida, sem água,

luz, esgotos, escolas, postos de saúde etc. Com a construção de uma igreja católica no bairro, Maria José, profundamente devota, voltou a fazer o antigo trabalho com mulheres, através do Grupo de Evangelização da Pastoral Operária (GREPO), ação que se multiplicou por várias igrejas de outros bairros.

Sempre atuante, ao fundar o Centro Comunitário e eleger-se sua primeira presidente, Maria José conseguiu grandes vitórias para a comunidade, como a criação de um mini-posto de saúde, de uma unidade mista de saúde e a construção de um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). O Centro comunitário mantém ainda funcionando em sua sede uma creche e uma pré-escola que desenvolve diversos cursos profissionalizantes para jovens, como corte e costura, eletricidade e serigrafia, entre outros. Em dezembro de 1981, fez parte da primeira diretoria da Federação das Associações dos Moradores de Nova Iguaçu (MAB), e participou, em 1985, da primeira diretoria do Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense (CEPEBA), órgão criado para assessorar e articular as lutas dos diversos movimentos existentes na Baixada, especialmente Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e Magé. Em 1986, por intermédio do CEPEBA, atuou no trabalho de conscientização na Baixada Fluminense sobre a importância da Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleita presidente do CEPEBA em 1987, e presidente do MAB, em 1993.

Participou da discussão e implantação do Plano Diretor de Nova Iguaçu, em 1994, assim como das discussões referentes ao Plano Diretor em Austin. Foi uma das principais articuladoras da II Conferência Municipal de Saúde, em 1995, sendo eleita para o Conselho Municipal de Saúde. Nesse ano, foi reconduzida à presidência do MAB. Em 1997, Maria José atuou na conscientização das mulheres do Jardim Guandu, com discussões sobre Direitos da Mulher, Saúde e Geração de Renda, além de organizar uma cooperativa e cursos administrados pelo SEBRAE. Em 1988, deu início à primeira Cooperativa de Mulheres que fabricavam e vendiam pães para seu próprio sustento. Em 1999, incentivou a criação de várias cooperativas nos bairros Aliança, Lagoinha, KM 34, Guandu, Santa Rita e outros, descobrindo um alto índice de analfabetismo entre as mulheres.

Em 2000, criou um projeto pedindo recursos para a alfabetização daquelas mulheres, através da Cooperativa de Projetos Especiais. Graças a seu empenho, o projeto foi aprovado e implantado em todos os bairros de Nova Iguaçu. Mais de 4.000 mulheres foram alfabetizadas e o projeto obteve repercussão internacional. Eleita presidente da Ação Social da paróquia Santo Agostinho, de 2001 a 2003, Maria José desenvolveu um importante trabalho social, criando um Grupo de Terceira Idade, encaminhando mulheres para a aposentadoria, emissão de documentos, certidões etc.

Mas sua fabulosa entrega e participação não se encerra aí. Atualmente, além de coordenadora da Pastoral da Criança em sua comunidade, Maria José é superintendente da Secretaria do Trabalho e Emprego no município de Nova Iguaçu, tendo empregado, de 2002 até agora, cerca de 2.400 pessoas, sendo 400 delas em empresas de grande porte.



Acima a turma do curso de alfabetização de adultos e ao lado a entrega do certificado do curso Profissionalizando, ambos promovidos na Associação de Moradores.

Fontes de referência:

Fotos pessoais

Entrevistas e depoimentos de parentes e amigos, colhidos em 2004.



MUNICÍPIO	ANO DE INSTALAÇÃO	ÁREA Km²	POPULAÇÃO	MULHERES	HOMENS	HAB/Km²
Nova Iguaçu	1939	558,66	920.599¹	474.990	445.609	1.640
Magé	1939	385,69	205.830	104.513	101.317	534
Mangaratiba	1939	359,81	24.901	12.279	12.622	69
Itaguaí	1939	271,56	82.003	41.392	40.611	302
Duque de Caxias	1944	464,57	775.456	399.724	375.372	1.669
Nilópolis	1947	19,16	153.712	81.149	72.563	8.023
São João de Meriti	1947	34,84	449.476	233.462	216.014	12.901
Paracambi	1960	179,37	40.475	20.554	19.921	226
Queimados	1990	76,92	121.993	62.489	59.504	1.586
Belfort Roxo	1993	79,79	434.474	223.189	211.285	5.445
Guapimirim	1993	360,81	37.952	19.008	18.944	105
Japeri	1993	82,83	83.278	41.977	41.301	1.005
Seropédica	1997	283,79	65.260	33.010	32.250	230
Mesquita	2001	34,77²	166.080			4.777
TOTAL		3.157,99	3.395.409	1.747.736	1.647.313	

¹ A população aqui apresentada compreende a de Mesquita, cuja emancipação se deu em 2001, quando já estava sendo feito o Censo apresentado em 2002. Se não considerarmos os dados de Mesquita, teremos uma população de 754.519 pessoas e uma área de 523,89 Km

² Os dados aqui apresentados estão já computados nos de Nova Iguaçu.



BREVE CURRÍCULO DOS PESQUISADORES

ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT

Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Humanas - Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Os últimos trabalhos publicados têm sido orientados em torno de escola, memória e cultura escrita. Publicou e apresentou diversos trabalhos sobre Armanda Alvaro Alberto em congressos nacionais e internacionais

ELZA DELY VELOSO MACEDO

Doutora em História Social pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, apresentou sua tese sobre Lydia Cunha. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFF, é Pesquisadora do Núcleo de Filosofia, Política e Educação da UFF e do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero.

GÊNESIS PEREIRA TORRES

Morador de São João de Meriti, é licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense, bacharel em Direito pela UNIGRANRIO, tem Curso de Tutoria em Pesquisa de História pela AUSU e Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela PUC-Brasília. É Presidente do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB) e Sub-Secretário de Cultura de São João de Meriti.

GUILHERME PERES DE CARVALHO

Morador de São João de Meriti, é licenciado em Artes Gráficas pelo Departamento de Imprensa Nacional; tem Curso de História do Brasil pelo Departamento de Imprensa Nacional e de Fotografia pela Fundação Calouste Gulbekian. É Secretário do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB).

MARÍLIA FIGUEIREDO JORGE

Moradora de Belford Roxo, é militante dos movimentos sociais. Coordenou Encontros Municipais e Regionais do Movimento de Mulheres, Oficinas de Sensibilização Feminina e Oficinas Linha da Vida; participou e dirigiu várias associações de moradores, tendo sido conselheira da Federação de Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB).

MARLÚCIA SANTOS DE SOUZA

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; pós-graduada em História Social do Brasil pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, onde é professora Titular de História do Brasil. Publicou trabalhos sobre a História de Duque de Caxias; criou o vídeo "Terra de Muitas Águas"; fez a pesquisa para a produção do curta-metragem "Josefa. Uma Mulher na Luta Camponesa".

RAQUEL DE CASTRO HÖGEMANN

Moradora de Duque de Caxias, é Historiadora da Universidade Gama Filho, professora de história no ensino fundamental e pesquisadora da Inquisição e do processo de perseguições no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.